

3 ABO. 1974

MENSAGENS DOS SINDICATOS LIVRES DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA ALEMÃ PARA OS TRABALHADORES PORTUGUESES

Os Sindicatos Livres da República Democrática Alemã (F.D.G.B.) vêm trazer em nome dos seus 7,8 milhões de membros, à classe trabalhadora portuguesa os mais solidários cumprimentos e felicitam-na pela queda da ditadura fascista de Marcelo Caetano, assim como pelos êxitos até agora obtidos na nova situação democrática do País. Estes acontecimentos, tão cheios de significado na história de Portugal são o resultado da luta difícil e mártir dos trabalhadores portugueses, patriotas antifascistas e democratas, que sempre contaram com o apoio do movimento sindical mundial. Nós reafirmamos-lhe a nossa solidariedade na luta pela liquidação do fascismo e do colonialismo, no caminho da democracia livre e do progresso social.

Desejamos-lhes também o mais completo êxito na construção de Sindicatos Livres e Unitários. A vossa acção é condição necessária para a melhoria do nível de vida dos trabalhadores e para a consolidação dos direitos sindicais e da liberdade.

A «F.D.G.B.» está firmemente ao vosso lado na luta pela unidade da classe trabalhadora e pela democratização da sociedade portuguesa.

3 AGO. 1974

O QUE É A INTERSINDICAL?

Foi em 1970 que vários sindicatos começaram a reunir com o objectivo de definirem uma atitude sindical unitária de forma a consciencializarem os trabalhadores sobre os seus problemas de classe. Agruparam-se então os sindicatos na Intersindical para a congregação de esforços na defesa comum dos direitos e interesses dos seus associados.

De 1970 a Abril de 1974 a Intersindical funcionou como organismo ilegal, embora nunca deixasse de exercer grande número de acções, reclamando do governo leis que protegessem efectivamente as classes trabalhadoras.

Hoje, a Intersindical conta com mais de 170 sindicatos, cuja representação é feita no máximo de três delegados, devidamente credenciados, com direito apenas a um voto.

São órgãos da Intersindical:

1) — Uma assembleia que tem plenos poderes deliberativos;

2) — Um secretariado constituído pelos secretariados das Uniões dos Sindicatos do Porto e do Sul e tem as funções seguintes:

a) — Coordenar toda a actividade da Intersindical;

b) — Executar todas as deliberações da assembleia.

As Uniões Sindicais têm um âmbito regional e são constituídas por todos os sindicatos nelas filiados. A representação é feita, no máximo, por 3 delegados, com direito apenas a um voto.

São órgãos da União Sindical:

1) — A assembleia, que tem poderes deliberativos, não podendo ser contrária à orientação da Intersindical;

2) — Um secretariado eleito em assembleia e com as funções de coordenar toda a actividade da União e executar todas as deliberações da assembleia.

No momento apenas existem as duas Uniões atrás referidas, encontrando-se outras em organizações em Aveiro, Braga e Coimbra.

Mantendo-se em estreita colaboração com o Ministério do Trabalho e outros organismos governamentais, a Intersindical ocupa-se actualmente, além de outras organizações, da elaboração dum documento onde são previstas as bases da «Reestruturação e Organização Sindical», do controlo e gestão das Caixas de Previdência e de uma representação dos trabalhadores, que inicialmente teriam como função fiscalizar e sanear os Serviços do Ministério do Trabalho e numa fase posterior de representarem os trabalhadores junto do Delegado da JSN naquele ministério.

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA NA INTERSINDICAL

O ATRASO DA LEGISLAÇÃO DO TRABALHO E O ABANDONO DOS PROJECTOS INICIAIS PREOCUPAM OS TRABALHADORES

O adiamento «sine die» da promulgação dos diplomas sobre o direito à greve, «lock out» e organização sindical, divulgado pelos órgãos da Informação, causou apreensão na Intersindical, que, para dar conta das preocupações dos trabalhadores, realizou hoje, através de Canais Rocha, uma conferência de Imprensa.

Depois de afirmar que a institucionalização das liberdades democráticas em geral e da liberdade sindical em particular é uma necessidade imediata no processo de democratização em curso, Canais Rocha frisou que tal institucionalização não pode levar a uma limitação da prática consagrada desde o 25 de Abril. Quanto à questão concreta que originara a reunião com os jornalistas, acentuou que as apreensões são justificadas, ainda mais, pelo facto de os projectos iniciais sobre o direito à greve haverem sido postos de lado, incidindo agora a apreciação desta matéria sobre novo projecto.

Salientou-se, também, que quaisquer limitações ao direito à greve beneficiarão sempre e em última análise o patronato, o que não deixará de provocar profundo descontentamento e viva reacção por parte dos trabalhadores.

Afirmou-se em seguida:

— No actual contexto, em que o poder económico dos grandes grupos financeiros continua intacto, imitar aos trabalhadores

o exercício do direito à greve — qualquer que seja a natureza desta — quer impondo prazos, quer permitindo a utilização do «lock out», não contribui para o reforço das associações sindicais. Ora, esse reforço é indispensável para que a «política económica posta ao serviço do Povo», numa «estratégia antimonopolista», como se afirma no Programa das Forças Armadas, seja levada a cabo.

Disse-se, a seguir, que os portugueses não poderão ficar tranquilos quando o ministro do Trabalho declara (entrevista a um dos nossos colegas da tarde) que haverá «algumas restrições nos moldes dos países mais evoluídos», pois mesmo nesses países os trabalhadores exigem a abolição de restrições existentes, como se verificou, recentemente, na Inglaterra, em que o Governo trabalhista suprimiu algumas das disposições repressivas impostas aos trabalhadores pelos governos conservadores.

Depois:

— No Programa do Movimento das Forças Armadas afirma-se que «a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida» será um dos objectivos de «uma nova política económica posta ao serviço do povo». É evidente que só deste modo será possível melhorar o nível de vida dos trabalhadores, em particular das camadas mais desfavorecidas. Sendo assim, não se pode deixar de manifestar a nossa estranheza pelo facto de se prorrogar «sine die» o congelamento dos salários e rendas de casa, e o mesmo não se verificar em relação aos preços, sobretudo no que se refere aos preços dos artigos de primeira necessidade. Tal facto não deixará de conduzir a um aumento dos preços dos produtos, pois o patronato está ansioso por recuperar o que os trabalhadores, com a sua luta reivindicativa, conseguiram após o 25 de Abril.

Foi chamada a atenção dos jornalistas para o que já se passou com o aumento da tabela de preços nos restaurantes, cafés e pastelarias, concluindo-se com as seguintes palavras:

— Perante esta situação, os trabalhadores não podem ficar indiferentes, e se não forem tomadas energéticas medidas por par-

te do Governo que impeçam a diminuição do salário real dos trabalhadores, estes terão de responder a tais aumentos com o aumento da sua luta.

No fim desta conferência, foi fornecida, com esclarecimentos pertinentes, uma carta aberta das centrais sindicais do Perú, dirigida às suas congéneres da

América Latina e a todos os trabalhadores.

No documento, focam-se vários importantes acontecimentos posteriores à tomada do Poder pelo Governo Revolucionário das Forças Armadas do Perú, de que se salienta a importante medida da expropriação dos jornais daquele país.

DELEGADOS DO CONSELHO DA EUROPA NA INTERSINDICAL

Uma delegação do Conselho da Europa chefiada por Walter Hofer, deputado liberal suíço, e John Hardelson, deputado trabalhista inglês, visitou ontem a Intersindical.

Os visitantes foram recebidos por elementos do Secretariado e do Gabinete de Relações Internacionais da Intersindical que deram informações sobre o que é a Intersindical e a situação dos trabalhadores portugueses.

Houve uma cordial troca de impressões, onde foram abordados temas como situação política e reconhecimento do direito à independência dos povos das colónias.

Aborda a situação económica actual, esclarecidos os pontos de vista da Intersindical sobre este assunto, a reunião terminou com um apelo à delegação, no sentido de informar o Conselho da Europa sobre a jovem democracia portuguesa, desfazendo os boatos que são uma tentativa de travar o processo de democratização em curso, em Portugal.



Os parlamentares do Conselho da Europa foram recebidos, esta manhã, em S. Bento, pelo ministro Vítor Alves. Na gravura, um momento da audiência concedida por aquele membro do Governo.

1º Janeiro - 6/8/1974

CRIADA A UNIÃO REGIONAL DOS SINDICATOS DO NORTE

Da União dos Sindicatos do Porto recebemos um comunicado em que se declara que «de acordo com o projecto de Reorganização Sindical aprovado no Plenário da Intersindical de 13-14.7.74, em Lisboa, foi criado a União Regional dos Sindicatos do Norte, da qual fazem parte as Uniões Subregionais de Braga, Porto e Aveiro».

«A União Regional agora criada engloba cerca de 100 Sindicatos que representam cerca de 800 mil trabalhadores, e cobre

já uma área que vai da Beira Litoral ao Minho e Alto Douro».

Mais afirma o comunicado que «foi aprovado o projecto de normas mínimas de funcionamento e designado o Porto como local de instalação do Secretariado desta União».

Para além da coordenação da acção Sindical das Uniões Subregionais já aderentes, tem por objectivo imediato fomentar a constituição de Uniões Subregionais em Viana do Castelo, Bragança, Vila Real, Covilhã e Castelo Branco».

D. Not - 6/8/1974

Criada a União Regional dos Sindicatos do Norte

D. N. 6-8-74 - 6-B

PORTO — De harmonia com o projecto de reorganização sindical, aprovado o mês passado em Lisboa, no plenário da Intersindical, foi agora criada a União Regional dos Sindicatos do Norte, da qual fazem parte as Uniões Sub-regionais de Braga, Porto e Aveiro. O organismo engloba cerca de uma centena de sindicatos, representando perto de 800 mil trabalhadores, cobrindo já uma área que vai da Beira Litoral ao Minho e Alto Douro.

Foi também já aprovado o projecto das normas mínimas de funcionamento e designado o Porto como local de instalação do secretariado da União.

Para além da coordenação da acção sindical das uniões sub-regionais já aderentes, o organismo tem como objectivo imediato fomentar a constituição de uniões sub-regionais em Viana do Castelo, Bragança, Vila Real, Covilhã e Castelo Branco.

6 A60. 1974

CEM SINDICATOS UNEM-SE NO NORTE

CERCA de uma centena de sindicatos, representando perto de 800 mil trabalhadores abrange a União Regional dos Sindicatos do Norte, criada de acordo com o projecto de reorganização sindical aprovado no mês transacto no plenário da Intersindical, efectuado em Lisboa.

Aquela União, da qual fazem parte as uniões sub-regionais de Braga, Porto e Aveiro, cobre uma área que vai da Beira Litoral ao Minho e Alto Douro, tendo

sido já aprovada a capital do Norte como local para instalação do secretariado da União.

Entretanto, foi igualmente aprovado o projecto das normas mínimas de funcionamento. O organismo, para além da coordenação da acção sindical das uniões sub-regionais já aderentes, terá como objectivo imediato fomentar a constituição de uniões sub-regionais em Viana do Castelo, Bragança, Vila Real, Castelo Branco e Covilhã.

REPÚBLICA

LISBOA

6 AGO. 1974

800 mil trabalhadores na União de Sindicatos do Norte

PORTO — A partir das uniões sub-regionais de Sindicatos de Braga, Aveiro e Porto foi criada a União de Sindicatos do Norte, cujas instalações de Secretariado funciona-

rão nesta cidade.

A União agora constituída engloba 100 sindicatos respeitante a 800 mil trabalhadores das áreas da Beira Litoral, Minho e Alto Douro.

6 AGO. 1974

UNIÃO DOS SINDICATOS DOS OPERÁRIOS DAS INDÚSTRIAS DE MARCENARIA, CARPINTARIA MECÂNICA E SERRAÇÃO DE MADEIRA

COMUNICADO

AOS TRABALHADORES ABRANGIDOS PELOS SINDICATOS ABAIXO MENCIONADOS; ESCLARECE-SE O SEGUINTE:

Devido ao impasse que o Grémio Nacional das Indústrias de Madeira, tem fomentado com vista ao retardamento das negociações à alteração do nosso Contrato Colectivo de Trabalho, no dia 1 de Agosto, deslocaram-se ao Ministério do Trabalho um Director da União e três Directores do Sindicato dos Operários Marceneiros e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa, que também representam o Sindicato dos Operários Mecânicos de Madeiras e Ofícios Correlativos do Distrito de Lisboa, expor a este Ministério as nossas solicitações.

Dando continuidade às nossas pretensões, o representante do mesmo contactou o respectivo Grémio, prometendo este que, no dia 7, pelas 15 horas e 30 minutos, compareceria para reatamento de negociações.

Pela direcção

Francisco Gramacho Robalo

SINDICATOS FILIADOS NA UNIÃO DE SINDICATOS DAS INDÚSTRIAS DE MARCENARIA, CARPINTARIA MECÂNICA E SERRAÇÃO DE MADEIRA:

Sindicato dos Operários da Construção Civil do Distrito de Faro.

Sindicato dos Operários da Construção Civil do Distrito de Bragança.

Sindicato dos Operários de Serrações, Carpintarias e Marcenarias do Distrito de Leiria.

Sindicato dos Operários da Construção Civil do Distrito de Coimbra.

Sindicato dos Operários de Serrações do Distrito de Braga.

Sindicato dos Operários da Construção Civil do Distrito de Santarém.

Sindicato dos Operários de Madeira do Distrito de Santarém.

Sindicato dos Operários das Indústrias de Construção Civil, Pedreiras, Serração de Madeiras, Carpintaria Mecânica do Distrito de Évora.

Sindicato dos Operários Marceneiros do Distrito de Braga.

Sindicato dos Operários Mecânicos de Madeira do Distrito de Aveiro.

Sindicato dos Operários de Serrações e Carpintaria Mecânica do Distrito de Viana do Castelo.

Sindicato dos Técnicos Operários da Construção Civil do Distrito de Setúbal.

Sindicato dos Operários da Construção Civil do Distrito de Vila Real.

Sindicato dos Operários da Construção Civil do Distrito de Castelo Branco.

Sindicato dos Operários da Indústria de Carpintaria, Serração de Madeira do Distrito do Porto.

Sindicato dos Profissionais das Indústrias de Construção Civil, Metalúrgica e Madeira do Distrito de Viseu.

A EXPROPRIAÇÃO DOS JORNAIS PERUANOS

As centrais sindicais face à reacção da imprensa burguesa

A Intersindical, em reunião ontem efectuada com os representantes da Informação, distribuiu uma «Carta aberta às centrais sindicais da América Latina e a todos os trabalhadores do Continente», a pedido das três confederações sindicais peruanas, onde se alertam os trabalhadores sobre as atitudes dos grupos reacccionários face à entrega, pelo Governo do Peru, dos jornais de grande tiragem às organizações operárias. É este o seu texto (os subtítulos são nossos):

«Nas vésperas do aniversário nacional, o Governo Revolucionário das Forças Armadas do Peru deu publicidade e executou os Decretos-Leis 20680 e 20681. Através destes dispositivos, o Governo peruano expropriou os jornais com mais de 20 000 exemplares e de distribuição nacional e entregou-os às organizações de massas e aos sectores sociais que constituem a própria vida da nação.

Estes dispositivos foram precedidos por uma discussão muito ampla e aberta, processada no interior e no exterior da nossa pátria. Em torno da propriedade dos meios de comunicação de massa pronunciaram-se da maneira mais democrática e livre todas as instituições sociais e todos os núcleos de opinião. Inquéritos públicos antecederam a adopção das disposições que mencionámos e elas contribuíram, sem dúvida alguma, para forjar um sentimento e uma consciência — real e positiva orientada no sentido de resolver favoravelmente para o povo o grave problema dos meios de comunicação de massa.

A «LIBERDADE DE IMPRENSA»

Os trabalhadores da América Latina têm, então, a grave responsabilidade de conhecer e julgar os factos. Porque, ao fim e ao cabo, os problemas que tivemos, os peruanos, com a nossa Imprensa, têm-nos ainda os trabalhadores de todo o Continente. Do mesmo modo que connosco, os grandes proprietários dos jornais falaram sempre da chamada «liberdade de Imprensa» e identificaram-na de maneira permanente com a subsistência das suas empresas jornalísticas.

Como noutros países, os grandes jornais no Peru estiveram aos serviços das castas parasitárias que sempre detiveram o Poder. Através deles, actuaram como instrumentos do grande Poder monopolista do imperialismo e contribuíram para construir uma sociedade de injustiça e de miséria que nós, peruanos, nos propusemos modificar desde a raiz.

Trabalhadores, sempre conhecemos claramente qual era esta sociedade, erigida sobre os ombros de uma classe trabalhadora expoliada e submetida a todo o tipo de humilhações. Foi a sociedade da pobreza, da fome, da miséria, do desemprego massivo. A sociedade do crime, organizada para o crime e cimentada nas concepções criminosas de grupos de Poder que nada tinham em comum com os trabalhadores.

Nessa sociedade, os trabalhadores nunca tiveram qualquer género de direitos. As nossas lutas sempre foram combatidas, as nossas expectativas burladas, a nossa Imprensa operária silenciada, a nossa voz calada pelo coro intimidatório levantado pelos inimigos da classe trabalhadora e do povo. Quem, na América Latina, o pode duvidar? Quem, no nosso Continente, pode esquecer que os grandes jornais estiveram ao serviço das ditaduras e que, sem eles, não teriam sobrevivido muito tempo? Quem pode negar o papel desinformador da grande Imprensa, esforçando-se por dis-

torcer a consciência das massas e por condicioná-la para a defesa da chamada «sociedade de consumo», tão apreciada pela velha ordem social capitalista?

O povo inteiro do Peru pôs-se terminar com tudo isto. Sob a patriótica orientação das Forças Armadas Revolucionárias e sob a condução certa do general Juan Velasco Alvarado, pôs-se de pé o mais sério da sociedade peruana e iniciou-se um processo revolucionário e libertador.

O ANTIMONOPOLISMO

Desde o 3 de Outubro de 1968 sucederam numerosos acontecimentos na nossa pátria. Recuperou-se o petróleo, expulsando do Peru a empresa imperialista Internacional Petroleum. Desenvolveu-se a Reforma Agrária e entregou-se a terra a mais de um milhão e 200 mil famílias camponesas organizadas em cooperativas. Foi estatizado o complexo pesqueiro, destruindo um velho Poder da oligarquia tradicional. Interviu-se no sistema bancário para democratizar o crédito e impulsionar os empreendimentos dos trabalhadores. Nacionalizou-se a empresa imperialista Cerro de Pasco, sarando uma velha ferida, aberta nas próprias entranhas da pátria. Rompeu-se o autobloqueio económico, estabelecendo-se relações de amizade com todos os países, independentemente do sistema político que pratiquem. Criou-se o sector de propriedade social, orientado para forjar um sistema económico pluralista de participação plena.

Todas estas medidas foram, reiteradamente, apoiadas pelos trabalhadores peruanos. As centrais sindicais que lutam na defesa legítima dos interesses dos trabalhadores saíram repetidamente às ruas para apoiar e defender o significado destas mudanças, para fazê-las suas e participar na sua elaboração. Em qualquer situação, temos definido a nossa conduta de maneira inteiramente livre e, muitas vezes, propusemos as medidas que entendemos correctas, com o propósito de contribuir patrioticamente neste processo de mudanças.

A REACÇÃO DA IMPRENSA BURGUESA

Mas, ao mesmo tempo, todas estas medidas foram atacadas e combatidas pela reacção através dos grandes jornais. De uma forma sistemática, as suas páginas especularam com a situação política que imperava no nosso país, fomentaram o ódio e a divisão entre peruanos, tentaram opor o povo à força armada, procuraram dividir a força armada para destruir o processo libertador, conspiraram pública e privadamente com o propósito de deitar abaixo o Governo Revolucionário e retomar o Poder

político para o devolver à vergonhosa oligarquia.

Esta situação manteve-se no país durante 6 anos de processo revolucionário. Seis anos em que todos os peruanos têm sido testemunhas das campanhas mais reles contra a nossa pátria. Os Beltrah e os Miro Quesada, proprietários dos grandes jornais, aliados à tristemente célebre Sociedade Interamericana de Imprensa (S.I.P.) nunca vacilaram no seu afã em fazer retroceder a história. E, aquando dos trágicos acontecimentos no Chile, redobram o seu esforço e a sua campanha antipopular e contrarrevolucionária.

Esta era uma situação que não podia manter-se, pela salvação do nosso povo, pela Unidade das nossas Forças Armadas, pelo triunfo da nossa Revolução. E isso é o que explica a publicação dos decretos mencionados ao iniciar a presente carta.

Foi muito curiosa a reacção da Imprensa internacional em relação a estas disposições. O diário «Estrela do Panamá», em defesa da «liberdade de Imprensa», negou-se a publicar um comunicado da Embaixada peruana. O diário «O Sol» do México acusava o Governo peruano de «direitista» e de ser de facto um Governo «como o chileno», sem ter em conta que os jornais expropriados representam no Peru os mesmos interesses que representa no Chile o jornal «O Mercurio» e que este jornal acusa o Governo peruano de «comunista» e apoia o actual Governo chileno.

Por seu lado, o jornal «O Mercurio» de Santiago publicou um editorial contra a medida assinalando que ela significa o «o caso da liberdade no Peru». Consequentemente, não faz caso do autêntico e real caso da liberdade que o jornal «O Mercurio» aplaudiu no Chile, em 11 de Setembro do ano passado.

Jornais da República Dominicana, do Paraguai, do Uruguai, da Guatemala e de outros países, em que sistematicamente se violam todas as liberdades, atacaram o espírito realmente libertário do Governo peruano. Isto é realmente revelador se se tem em conta que esses mesmos jornais justificam plenamente os crimes que se cometem quotidianamente contra cada um dos seus povos. Ou será que alguém pode realmente acreditar que estes jornais da Guatemala, do

Haiti, ou do Uruguai, defendem realmente os interesses dos trabalhadores dos ditos países?

O APELO

Nós apelamos à consciência dos trabalhadores do Continente. Apelamos às centrais sindicais dos trabalhadores, a todas sem nenhuma discriminação, porque estamos conscientes de que, qualquer que seja a sua filiação internacional e a convicção política dos seus dirigentes, uma Central Sindical constitui uma vanguarda de classe neste Continente em ebulição. Recorremos a vocês, companheiros, com confiança e certeza, porque estamos seguros de que os trabalhadores vencerão esta campanha iniciada contra o Peru.

Trabalhadores, não temos nada em comum com os interesses do imperialismo. Nada nos prende, sequer, à oligarquia, não temos qualquer intenção de defender os seus privilégios. Porque havemos, então, de permitir que, impunemente, lancem acusações e insultos contra um Governo que provou nos factos a sua indiscutível vocação revolucionária?

A todos vos dizemos que a campanha iniciada contra a nossa pátria é uma campanha contra a Revolução Peruana porque ela é nacionalista, e patriótica; contra as Forças Armadas peruanas, porque elas deixaram de ser instrumentos ao serviço dos monopólios e puseram a sua espada ao lado do povo; e é uma campanha contra os trabalhadores peruanos porque nós estamos resolutamente identificados com a luta geral que o nosso povo desenvolve para quebrar as amarras que nos prendem aos monopólios imperialistas e construir um Peru novo, dentro de um mundo novo.

E, portanto, em nome da nossa causa que, em representação da Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru vos pedimos uma tomada de posição e uma campanha. Uma tomada de posição que contribua para a nossa luta e uma campanha que ajude a destruir o conluio reacccionário montado contra a nossa pátria.

Assinam a carta, pelo Conselho Nacional da Confederação Geral dos Trabalhadores do Peru (C.G.T.P.), o secretário-geral, Gustavo Espinoza M., e o secretário das Relações, Eduardo Castillo S.

7 AGO. 1974

UNIÃO DE SINDICATOS DO PORTO CONTACTA O CONSELHO DE ESTADO

TENDO em conta que o Conselho de Estado deverá em breve apreciar o diploma que regulará o direito à greve, a União de Sindicatos do Porto enviou àquele órgão de soberania um telegrama com o seguinte texto:

«Devendo esse Conselho apreciar o projecto de lei que regulamentará o direito à greve, a U.S.P. saúda VV. Ex.» e reafirma a necessidade de que o diploma que vier a ser aprovado sobre tão importante matéria deverá seguir a experiência daqueles países onde os trabalhadores são considerados cidadãos responsáveis e perfeitamente capazes, através dos seus sindicatos, de se fixarem os limites e a ética do exercício do direito à greve. Também os trabalhadores portugueses, sob o mais duro regime repressivo fascista, nunca abandonaram a prática

da sua mais poderosa arma na defesa dos seus direitos. A U. S. P., justificadamente, aguarda, portanto, uma lei que reconheça expressamente aos trabalhadores a sua conquista do direito à greve e não que, a pretexto de a regulamentar, o reprima.»

Bancários dirigem-se ao Primeiro-Ministro

FORAM enviadas ao Primeiro-Ministro do actual Governo Provisório os textos das propostas aprovadas em assembleia geral do Sindicato Nacional dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa, explicitando temas prioritários que devem, no entender da classe, merecer acção imediata.

Depois de apontar a necessidade de ser abolido da legislação de trabalho o direito de o patronato proceder a despedimentos sem justa causa, a classe manifesta-se no sentido de que «o Governo Pro-

visório crie os meios necessários a uma efectiva fiscalização das empresas internacionais com actividades no nosso País, proceda a uma regulamentação da política de crédito no sentido de a colocar ao serviço dos verdadeiros interesses do Povo português, e dê às estruturas sindicais bancárias poderes para fiscalizarem a aplicação dessa política.» Passando a considerar o necessário saneamento da banca, manifesta ainda «a necessidade urgente de imediata nomeação de delegados do Governo para toda a banca comercial, depois de prévia consulta aos sindicatos».

Por aclamação, foi ainda aprovada uma saudação dirigida pela classe aos trabalhadores da Guiné-Bissau, Angola e Moçambique, com votos que, nesta hora de libertação, não deixem de «lutar pela construção de uma Pátria Democrática, onde seja abolida a exploração do homem pelo homem».

LIMITAÇÕES NO DIREITO À GREVE BENEFICIARÃO SEMPRE O PATRONATO — PREVINE A INTERSINDICAL

No decorrer de uma conferência de Imprensa, o dirigente da Intersindical Canais Rocha deu a conhecer, ontem, as apreensões daquele organismo quanto ao adiamento «sine die» da promulgação dos diplomas sobre o direito à greve, «lock out» e organização sindical, divulgado pelos órgãos da informação.

Canais Rocha, depois de considerar que a institucionalização das liberdades democráticas em geral e da liberdade sindical em particular é uma necessidade imediata no processo de democratização em curso, reconheceu que tal institucionalização não pode levar a uma limitação da prática consagrada desde o 25 de Abril.

Acentuou que as apreensões são justificadas, ainda mais pelo facto de os projectos iniciais sobre o direito à greve haverem sido postos de lado, incidindo agora a apreciação desta matéria sobre novo projecto.

Ao referir que quaisquer limitações no direito à greve beneficiarão sempre e em última análise o patronato, o que não deixará de provocar profundo descon-

tentamento e viva reacção por parte dos trabalhadores, afirmou que, no actual contexto, em que o poder económico dos grandes grupos financeiros continua intacto, limitar aos trabalhadores o exercício do direito à greve — qualquer que seja a natureza desta —, quer impondo prazos, quer permitindo a utilização do «lock out», não contribui para o reforço das associações sindicais.

Esse esforço é indispensável para que a «política económica posta ao serviço do povo», numa «estratégia antimonopolista», como se afirma no Programa das Forças Armadas, seja levada a cabo.

Mais adiante, salientou:

— No programa do Movimento das Forças Armadas, afirma-se que «a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida» será um dos objectivos de «uma nova política económica posta ao serviço do povo». É evidente que só deste modo será possível melhorar o nível de vida dos trabalhadores, em particular das camadas mais desfavorecidas. Sendo assim, não

se pode deixar de manifestar a nossa estranheza pelo facto de se prorrogar «sine die» o congelamento dos salários e rendas de casa e o mesmo não se verificar em relação aos preços, sobretudo no que se refere aos preços dos artigos de primeira necessidade. Tal facto não deixará de conduzir a um aumento dos preços dos produtos, pois o patronato está ansioso por recuperar o que os trabalhadores, com a sua luta reivindicativa, conseguiram após o 25 de Abril.

Canais Rocha pôs em destaque, seguidamente, o aumento da tabela de preços nos restaurantes, cafés e pastelarias e concluiu:

— Perante esta situação, os trabalhadores não podem ficar indiferentes e, se não forem tomadas energias medidas por parte do Governo que impeçam a diminuição do salário real dos trabalhadores, estes terão de responder a tais aumentos com o aumento da sua luta.

Em resposta à pergunta de um jornalista sobre as chamadas «greves selvagens», o mesmo dirigente da Intersindical declarou que, no nosso caso concreto, não podem ser assim apelidadas as registadas após o 25 de Abril, as quais «não têm sido mais do que uma ruptura entre as bases e as estruturas capitalistas que as exploraram durante o regime fascista».

As greves — acrescentou — só poderiam ser consideradas «selvagens» se tudo estivesse organizado a nível sindical e elas, apesar d'isso, fossem promovidas como o foram neste período.

DEBATE NA INTERSINDICAL — Para que são e para que servem as comissões de trabalhadores e quais as funções dos delegados sindicais — serão os temas em debate numa sessão que um grupo da Carris vai realizar na sede da Intersindical (Rua Vítor Córdon, 1, 3.º).

O debate será orientado por Canais Rocha e realiza-se às 19 horas de 13 do corrente. Podem tomar parte todos os trabalhadores da Carris.

(6-7)

SE 67/8/79

7 A60. 1974 Porto



Um aspecto da conferência de Imprensa da Intersindical

A institucionalização da liberdade sindical é uma necessidade imediata no processo de democratização — afirmado na Intersindical

«No actual contexto, limitar aos trabalhadores o exercício do direito à greve — qualquer que seja a natureza desta — quer impondo prazos, quer permitindo a utilização do «lock-out», não contribui para o reforço das associações sindicais. Esse reforço, é indispensável para que a «política económica posta ao serviço do povo», numa «estratégica antimonopolista» como se afirma no programa das Forças Armadas, seja levada a cabo. — Isto mesmo foi afirmado ontem, de manhã, no decorrer de uma conferência de Imprensa promovida pela Intersindical.

A dar conta das preocupações dos trabalhadores, Canais Rocha, depois de afirmar que a institucionalização das liberdades democráticas em geral e

da liberdade sindical em particular, é uma necessidade imediata no processo de democratização em curso acentuou que tal institucionalização não pode levar a uma limitação da prática consagrada desde o 25 de Abril.

Num comunicado distribuído na altura, refere-se que «foi com profunda apreensão que os trabalhadores tomaram conhecimento do adiamento «sine die» da promulgação dos diplomas sobre o direito à greve, «lock-out», organização sindical, etc. Apreensão que mais se acentuou quando se soube, pelos Órgãos da Informação, que os projectos iniciais sobre o direito à greve, foram postos de lado e que a apreciação desta matéria incide sobre um novo projecto».

A uma resposta dos jorna-

listas acerca das chamadas «greves selvagens», foi respondido que no nosso caso concreto, não podem ser assim apelidadas as que se têm registado após o 25 de Abril, as quais «não têm sido mais do que uma ruptura entre as bases e as estruturas capitalistas. As greves só poderiam ser consideradas «selvagens», se tudo estivesse organizado a nível sindical e elas, apesar disso, fossem promovidas como o foram neste período».

No comunicado, manifesta-se também estranheza pelo facto de se prorrogar «sine die» o congelamento dos salários e rendas de casa e, em contrapartida o mesmo não suceda quanto aos preços dos artigos de primeira necessidade. «Petrante esta situação, diz-se mais adiante, os trabalhadores não podem ficar indiferentes».

OS TRABALHADORES E OS SEUS PROBLEMAS

O DIREITO À GREVE

— TEMA DE UMA REUNIÃO NA INTERSINDICAL

A circunstância de os projectos iniciais quanto à greve terem sido postos de lado e a apreciação desta matéria passar a incidir sobre um novo projecto, determinaram a convocação de uma conferência de Imprensa na Intersindical, encontro que decorreu ontem de manhã, na respectiva sede.

Num comunicado divulgado na mesma ocasião, afirma-se que «quaisquer limitações ao direito a greve beneficiarão sempre e em última análise o patronato e não deixarão de provocar profundo descontentamento e viva reacção por parte dos trabalhadores».

E o documento continua:

«No actual contexto, em que o poder económico dos grandes grupos financeiros continua intacto, limitar aos trabalhadores o exercício do direito à greve — qualquer que seja a natureza desta — quer impondo prazos, quer permitindo a utilização do «lock-out», não contribui para o reforço das associações sindicais. Ora esse reforço é indispensável para que a «política económica posta ao serviço do povo», numa estratégia antimonopolista «como se afirma no programa do M.F.A. seja levada a cabo». Os trabalhadores portugueses não podem ficar tranquilos quando o ministro do Trabalho declara que haverá algumas restrições nos moldes dos países mais evoluídos» («A Capital» de 3-8-74), pois mesmo nesses países os trabalhadores exigem a abolição de restrições existentes, como se verificou recentemente na Inglaterra, em que o Governo trabalhista suprimiu algumas das medidas repressivas impostas aos trabalhadores ingleses pelos governos conservadores.

uma refeição diária, é evidente que tais preços são incompatíveis com a sua retribuição.

Não entraremos em considerações sobre o direito que todos temos a férias passadas longe do nosso ambiente de trabalho, e que com trabalho de tal natureza nos impede de usufruir os nossos legítimos direitos. Deste modo, parece-nos legítimo, que V. Ex.^a revogue tais tabelas da forma como indicamos, isto, é evidente, sem ter em consideração todas as implicações económicas a nível geral, que a manutenção de tais preços podem originar.

● O NÃO CONGELAMENTO DOS PREÇOS PROVOCA PROTESTOS

Tomando em conta o princípio do programa do Movimento das Forças Armadas de que «a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida «será um dos objectivos de «uma nova política económica posta ao serviço do Povo» a Intersindical manifesta, por outro lado, a sua «estranheza pelo facto de se prorrogar «sine-die», o congelamento dos salários e rendas de casa, e o mesmo não se verificar em relação aos preços, sobretudo no que se refere aos preços dos artigos de primeira necessidade. Tal facto não deixará de conduzir a um aumento dos preços dos produtos, pois o patronato está ansioso em recuperar o que os trabalhadores com a sua luta reivindicativa conseguiram após o 25 de Abril».

E o comunicado afirma ainda: «Perante esta situação, os trabalhadores não podem ficar indiferentes, e se não forem tomadas enérgicas medidas por parte do Governo que impeçam a diminuição do salário real dos trabalhadores, estes terão de responder a tais aumentos com o aumento da sua luta».

● AGRAVAMENTO DOS PREÇOS NOS RESTAURANTES

Efectivamente, o agravamento dos preços praticados nos restaurantes está justamente a motivar uma onda de protestos a nível de associações de trabalhadores. Agora foi a vez de mais de dois mil trabalhadores de seguros (37 companhias) enviarem ao ministro da Economia um documento em que patenteiam o seu protesto face à tabela praticada e solicitam a sua imediata revisão aprovada pelo Governo fascista e posta recentemente em prática.

Assinala o documento:

«Na verdade, tais tabelas não tiveram em consideração a situação sócio-económica do Povo português, mas sim, e como sempre aconteceu anteriormente ao 25 de Abril, o maior lucro do capital.

Considerando que mais de 50 por cento dos Portugueses auferiam menos de 3 300\$00, salário mínimo nacional, agora fixado, considerando que a maioria dos trabalhadores, sobretudo nos grandes centros industriais, vivem a grande distância dos seus empregos, e que sem cantinas nas empresas têm de acorrer a restaurantes, verifica-se que uma refeição num restaurante de 3.^a, sem ter em conta nada mais senão o preço do prato base, a refeição representa praticamente 50 por cento da sua retribuição diária.

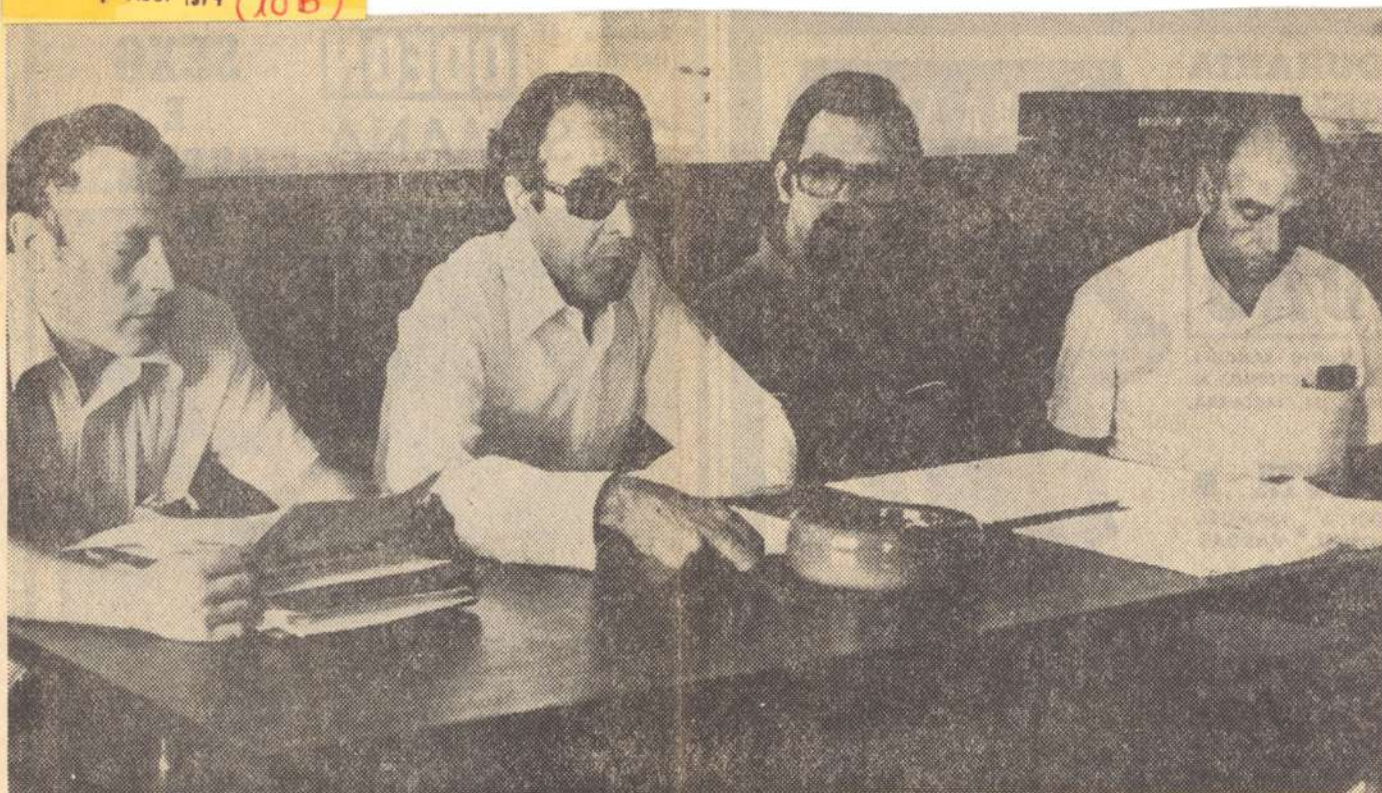
Ora, tendo em conta que cada trabalhador tem muito mais encargos pessoais e familiares além da

7 A60. 1974

A UNIÃO DOS SINDICATOS E A REGULAMEN- TAÇÃO DA GREVE

O Secretariado da União dos Sindicatos do Porto enviou ao Conselho de Estado um telegrama sobre a regulamentação do direito à greve onde afirma que o «diploma que vier a ser aprovado sobre tão importante matéria deverá seguir a experiência daqueles países onde os trabalhadores são considerados cidadãos responsáveis e perfeitamente capazes de através dos seus sindicatos se fixarem os limites e a ética do exercício do direito à greve».

A União dos Sindicatos do Porto opina portanto uma lei «que reconheça expressamente aos trabalhadores a sua conquista do direito à greve e não que, a pretexto de o regulamentar, o reprima».



Dirigentes da Intersindical expõem os seus pontos de vista

Posição da Intersindical

O direito à greve é uma velha conquista do trabalhador português

Em declarações à imprensa, a Intersindical acentua que «a institucionalização das liberdades democráticas em geral e da liberdade sindical em particular é uma necessidade imediata no processo de democratização em curso»; mas que, conforme ideia já expressa várias vezes, tal institucionalização «não pode levar a uma limitação da prática consagrada desde o dia 25 de Abril até ao presente».

Canais Rocha, membro do Secretariado da Intersindical Nacional, leu um comunicado em que se acentua que «foi com profunda apreensão que os trabalhadores tomaram conhecimento do adiamento *sine die* da promulgação dos diplomas sobre o direito à greve, *lock out*, organização sindical, etc., apreensão que mais se acentuou quando se soube,

pelos órgãos de Informação, que os projectos iniciais sobre o direito à greve foram postos de lado e que a apreciação desta matéria incide sobre um novo projecto».

Depois de se aludir que o direito à greve é uma conquista dos trabalhadores portugueses, «feita ainda durante a vigência da monarquia (na segunda metade do século passado) e do qual não abdicaram mesmo durante o regime fascista, ainda que o exercício de tal direito lhes tivesse custado imensos sacrifícios», precisa-se que «quaisquer limitações ao direito à greve beneficiarão sempre e em última análise o patronato e não deixarão de provocar profundo descontentamento e viva reacção por parte dos trabalhadores».

No comunicado da Intersindical acentua-se também que limitar aos trabalhadores o exercício do direito à greve, «não contribui para o reforço das associações sindicais».

Recentes declarações à imprensa do ministro do Trabalho — sublinha a Intersindical — sobre «algumas restrições nos moldes dos países mais evoluídos» não podem deixar tranquilos os trabalhadores portugueses.

A Intersindical manifesta também a sua «estranheza pelo facto de se prorrogar *sine die* o congelamento dos salários e rendas de casa e o mesmo não se verificar em relação aos preços dos artigos de primeira necessidade.

«Tal facto não deixará de conduzir a um aumento dos preços dos produtos, pois o patronato está *ansioso* em recuperar o que os trabalhadores com a sua luta reivindicativa conseguiram após o 25 de Abril.

«O que se passou já com o

A terminar, Canais Rocha exteriorizou o ponto de vista de que perante esta situação os trabalhadores não podem ficar indiferentes, e que se não forem tomadas energéticas medidas por parte do Governo, que impeçam a diminuição do salário real dos trabalhadores, «estes terão de responder a tais aumentos com o aumento da sua luta».

8 A60. 1974

A ENTRADA DA COMISSÃO PRÓ-SINDICATO DOS C. T. T.

para a Intersindical

Na sede da Intersindical, na rua Vitor Cordon, realizou-se, esta manhã, uma reunião de representantes da Comissão Pró-sindical dos C. T. T. com elementos do secretariado daquele organismo.

Na agenda dos trabalhos, que decorreram à porta fechada, estavam incluídos assuntos relacionados com a entrada daquela comissão para a Intersindical na qualidade de grupo observador, uma vez que o sindicato dos C. T. T. ainda não está constituído.

Segundo nos revelaram António Gonçalves, Joaquim Ortiz e Luís Nogueira Pinto, a actividade até agora desenvolvida pela comissão Pró-Sindicato, de que fazem parte, tem incidido especialmente sobre a mentalização dos trinta mil trabalhadores da empresa, com vista à sua integração na estrutura sindical. Devido ao carácter transitório dos cargos que presentlymente ocupam, os elementos dos C. T. T. encarregados de preparar as eleições para o sindicato e definir a sua orgânica não se podem comprometer assumindo quaisquer posições, mas acham frutuoso que a sua participação nos trabalhos das assembleias da Intersindical como observadores seja permitida.

ENTROU

EM FUNÇÕES

A COMISSÃO

DE REINTEGRAÇÃO

DOS FUNCIONÁRIOS

PÚBLICOS

Tomou hoje posse, ao princípio da tarde, no Palácio de S. Bento, a Comissão de Reintegração dos funcionários públicos exonerados por motivos políticos depois do 25 de Abril. A cerimónia presidiu o primeiro-ministro, coronel Vasco Gonçalves.

A Comissão de Reintegração é formada pelas seguintes individualidades, em representação de diversos ministérios: dr. Aleixo António Xaviver Ludovico da Costa (Justiça); dr. Aires de Jesus Ferreira Pinto (Administração Interna); capitão-tenente Baptista da Silva (Defesa Nacional); dr. António Martinez Valadas Preto (Coordenação Interterritorial); dr. António Duarte Resina (Finanças).

A INTERSINDICAL

João
Trabalhador
8-8-74 (6C)

Tem aumentado, de modo notável, o interesse dos jovens pela actividade sindical. «JOVEM TRABALHADOR», sempre atento às principais preocupações da juventude, esteve na Intersindical. Ouvimos o companheiro Canais Rocha, um dos seus destacados dirigentes, que começou por nos explicar o que é esta organização dos trabalhadores.

«A Intersindical Nacional é um movimento unitário sindical e independente que agrupa, neste momento, cerca de 200 sindicatos que representam 1 500 000 trabalhadores sindicalizados.

O seu carácter mistério assenta na experiência adquirida pelos trabalhadores portugueses na luta contra o capital e o fascismo e na firme convicção de que a unidade dos trabalhadores se forja na luta contra a exploração de que todos são vítimas, independentemente das suas convicções políticas e religiosas.

A sua independência manifesta-se quer em relação dos partidos políticos quer em relação ao Governo. Mas

esta independência não quer dizer apoliticidade. Ela é apenas o reflexo da unidade dos próprios trabalhadores. Esta independência permite, por um lado, manter as melhores relações quer com os partidos políticos e organizações democráticas e antifascistas quer com o próprio Governo, em tudo o que se refira aos interesses dos trabalhadores e permite-nos ao mesmo tempo manter uma posição de crítica (de crítica construtiva) em tudo o que se refira ou seja lesivo dos interesses dos mesmo trabalhadores.

Por outro lado, essa independência, manifesta-se também em relação às confederações sindicais mundiais.

Nós mantemos as melhores relações com todas estas federações mundiais, mas defendemos que os sindicatos portugueses não se devem filiar em qualquer delas, pois que a filiação em qualquer uma das três federações traria inevitavelmente a política de qualquer dessas organizações para o seio do movimento sindical português e seria um elemento de perturbação que conduziria à divisão do próprio movimento.

JT — Sabemos que a Intersindical não apareceu só depois do 25 de Abril. Podes explicar-nos como surgiu e porquê esta central sindical?

CR — A Intersindical Nacional foi fundada em 1 de Outubro de 1970. Nesta data, cerca de duas dezenas de sindicatos, que tinham à frente direcções eleitas democraticamente e, portanto, representativas, entenderam que era chegada a altura de

concertar posições, de trocar experiências, de juntar esforços, com vista ao desencadeamento de acções comuns que interessassem ao conjunto dos trabalhadores portugueses. Assim, reuniram e a essa reunião foi dado o nome de Intersindical.

Desde o período da sua fundação até Junho-Julho do ano seguinte, 1971, a Intersindical foi, pode dizer-se, tolerada pelo governo fascista. Mas como a sua actividade aumentasse, este sentiu necessidade de reprimi-la. Assim, várias assembleias gerais e reuniões de sócios foram proibidas nessa altura. A manifestação dos 5000 caixeiros em frente do Palácio de S. Bento em defesa da jornada de trabalho das 44 horas foi severamente reprimida, assim como várias outras manifestações dos trabalhadores na rua, em defesa e solidariedade para

com os dirigentes sindicais presos.»

JT — Como se pode um sindicato filiar na Intersindical?

CR — Desde o início que a Intersindical considerou que só poderiam fazer parte do seu seio, isto é, filiar-se nela os sindicatos que tivessem à sua frente direcções eleitas democraticamente, portanto, representativas dos trabalhadores. Este princípio mantém-se ainda hoje. É um princípio basilar e, cumprindo este, todo e qualquer sindicato se pode filiar na Intersindical.

JT — A Intersindical tem neste momento, entre mãos, um lote de problemas de máximo interesse para os trabalhadores portugueses. O que nos podes adiantar sobre a actividade da Intersindical e dos sindicatos neste sentido?

(Continua na pág. 6)

A INTERSINDICAL

(Continuado da pág. 8)

CR — No momento presente, a actividade sindical concentra-se fundamentalmente nos seguintes objectivos:

1.º — A luta contra a vaga de despedimentos que assolam hoje o País e que atinge já milhares e milhares de despedimentos de trabalhadores.

Esta luta processa-se em duas fases: num lado tudo fazemos para impedir esses despedimentos recusando aceitá-los permanecendo nos seus locais de trabalho, e os trabalhadores, que não são atingidos por eles, exigem que os colegas despedidos sejam readmitidos.

Por outro lado, desenvolvendo uma activa solidariedade que visa compensar materialmente os trabalhadores atingidos.

A um outro nível a actividade sindical processa-se no sentido de o Governo promulgar rapidamente medidas legislativas que tenham por vista dificultar ou mesmo impedir os despedimentos, sobretudo os despedimentos colectivos.

2.º — Por outro lado a Intersindical defende a necessidade imperiosa da institucionalização das liberdades democráticas em geral e da liberdade sindical em particular, sobretudo no que se refere ao direito à greve, à nova organização sindical, às convenções colectivas, ao seguro de desemprego, etc.

A GREVE E O «LOCK-OUT»

A Intersindical, defende que os trabalhadores devem ter direito a declarar a greve quando entenderem e esta tanto poderá ser de natureza reivindicativa económica, como de solidariedade, como política.

Por outro lado, a Intersindical defende que o «lock-out» não deverá ser permitido, pois que aceitar-se à partida o direito ao «lock-out» é aceitar-se uma limitação do direito à greve. E o direito à greve pelos trabalhadores portugueses foi um direito conquistado ainda durante a ditadura fascista e hoje o Governo Provisório não deverá mais do que legitimar aquilo que os trabalhadores conquistaram na sua longa luta contra o regime fascista.

Por outro lado, a Intersindical defende, ainda, a necessidade imediata de o Governo Provisório promulgar medidas legislativas que visem à criação de um seguro de desemprego, uma das formas de combater a vaga de despedimentos que alastra por todo o País. E, nesse sentido, entende que quer o Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra, quer o Serviço Nacional de Emprego, quer o Fundo de Desemprego (para o qual os trabalhadores durante muitos anos descontaram mas que não tiveram qualquer benefício), sejam completamente remodelados e articulados num todo, com vista também aí se combaterem os despedimentos, se criar novos empregos e se pôr fim à vaga de despedimentos, que no fim não é mais do que uma manobra da reacção que visa provocar conflitos sociais e atirar os trabalhadores contra o Governo.

Estes são alguns dos aspectos

que prendem presentemente a actividade da Intersindical. Outros mais se poderiam apresentar, como a necessidade e o princípio que os trabalhadores têm defendido e que já defendiam durante o regime fascista da gestão da Previdência por seu intermédio, a necessidade de proceder ao saneamento de todo o aparelho de Estado e a todos os níveis.

JT — Nós, jovens, constituímos uma parte da população activa do País, sem que, no entanto, nos sejam reconhecidos direitos e regalias consoante o trabalho que, na realidade, levamos à prática. O que pensa a Intersindical fazer em defesa dos interesses da juventude trabalhadora?

CR — É sabido que uma grande parte dos trabalhadores portugueses são jovens. É sabido como durante o regime fascista os jovens não só estiveram privados do direito sindical, embora em muitos casos fossem obrigados a descontar, a participar, portanto, na vida do seu sindicato, mas sujeitos a uma discriminação em relação aos restantes colegas e camaradas de trabalho, ainda que, no mesmo plano, se possa pôr também as trabalhadoras, pois que em qualquer dos casos, em relação aos jovens ou em relação às mulheres, o fascismo procurou sempre e levou a cabo uma política discriminatória.

Daí que desde sempre se tenha defendido para trabalho igual salário igual, independentemente da idade ou sexo.

Defende a participação activa dos jovens na vida sindical. Defende que estes devem ter direito à sindicalização, desde que descontem para o seu sindicato, independentemente da idade que tenham, ainda que admita, que o exercício dos cargos directivos dos respectivos sindicatos a idade deva ser a mesma de votar ou exercer qualquer cargo na vida nacional.

A Intersindical defende o direito de voto aos 18 anos, pois que, se a partir desta idade se exige aos jovens a responsabilidade como a qualquer outro adulto, isto é, a própria participação nas Forças Armadas para a defesa da Nação, é absolutamente justo que os jovens possam participar e dirigir a actividade sindical a partir desta mesma idade.

Em linhas gerais a posição da Intersindical é a mesma para todos os trabalhadores, independentemente da sua idade ou sexo.

Será, pois, de máxima importância e urgência que, quer os jovens trabalhadores através dos seus sindicatos ou através das suas organizações específicas quer a Intersindical e os sindicatos nela filiados lutem no sentido de dar a conhecer o que deve ser a nova lei geral do trabalho.

JT — O MJT vem desde há algum tempo a lutar, para que os jovens trabalhadores-estudantes, tenham diariamente direito a duas horas de trabalho pagas para poderem dedicar ao estudo. O que pensa a intersindical sobre isto?

CR — Entendemos que em relação aos jovens trabalhadores-estudantes devem ter certos benefícios dessas mesmas horas de dispensa para dedicar ao estudo.

É evidente que este problema deve ser tratado num plano geral, na lei geral do trabalho e num plano particular, isto é, ao nível

9 AGO. 1974

União dos Sindicatos do Sul dirige exposição a Conselho de Estado

«**Q**UAISQUER limitações do direito à greve não deixarão de provocar profundo descontentamento e viva reacção por parte dos trabalhadores, que não poderão aceitar tais limitações» — lê-se num telegrama endereçado pela União dos Sindicatos do Sul ao Conselho de Estado, órgão «ao qual compete debruçar-se sobre o projecto-lei que regulamentará o exercício do direito à greve desde há muito reivindicado e exercido pelos trabalhadores mesmo sob pena de imensos sacrifícios».

Assim, «a U. S. S. — prossegue o telegrama — confiadamente aguarda desse Conselho a institucionalização da prática do direito à greve em termos, não de constrangimento deste direito, mas de garantia para o efectivo exercício».

Reafirma ainda a U. S. S. que «a utilização do «lock-out» por parte do patronato só beneficiará a força da reacção no seu processo contra-revolucionário de boicote à aplicação do Programa do M. F. A.».

9 A60. 1974

A União dos Sindicatos do Sul contra o «lock out»

A União dos Sindicatos do Sul enviou ao Conselho de Estado um telegrama, cujo texto reproduzimos:

«Competindo ao Conselho de Estado debruçar-se sobre o projecto de lei que regulamentará o exercício do direito à greve, direito desde há muito reivindicado e exercido pelos trabalhadores, mesmo sob pena de imensos sacrifícios, a U.S.S. saúda VV. Ex.^{as} e reafirma que quaisquer limitações ao direito à greve não deixarão de provocar profundo descontentamento e viva reacção por parte dos trabalhadores, que não poderão aceitar tais limitações

«A U. S. S. confiadamente aguarda desse Conselho a institucionalização da prática do direito à greve em termos, não de constrangimento deste direito, mas de garantia para o efectivo exercício; reafirma ainda que a utilização do «lock out» por parte do patronato só beneficiará a força da reacção no seu processo contra-revolucionário de boicote à aplicação do programa do M.F.A.

9 AGO. 1974

O DIREITO À GREVE

A União dos Sindicatos do Sul enviou ao Conselho de Estado um telegrama, a propósito do projecto-lei que regulamentará o exercício do direito à greve, no qual salienta que aguarda «confiadamente a institucionalização da prática do direito à greve em termos, não de constrangimento deste direito, mas de garantia para o efectivo exercício; reafirma ainda que a utilização do «lock out» por parte do patronato só beneficiará a força da reacção no seu processo contra-revolucionário de boicote à aplicação do Programa do M.F.A.

A COMISSÃO PRÓ-SINDICATO DOS C. T. T. FOI ADMITIDA NA INTERSINDICAL COM O ESTATUTO DE «OBSERVADOR»

Com o estatuto de «observadora», a Comissão Pró-Sindicato dos Trabalhadores dos C. T. T. passará a participar, de futuro, nas sessões plenárias da Intersindical — assim foi decidido, ontem, numa reunião que decorreu na sede do Secretariado da Intersindical Nacional.

Esta reunião, que decorreu à porta fechada mas em clima de «extrema cordialidade», havia sido pedida pela própria Comissão Pró-Sindicato que manifestava o desejo de ser admitida na estrutura máxima do sindicalismo português.

O facto de apenas lhe ter

sido dado estatuto de «observadora» (com direito de intervenção mas não de voto, como é próprio da qualidade de «observador») deve-se à circunstância da comissão ser provisória e não estar ainda constituído o sindicato que

definitivamente a há-de substituir.

A comissão participará já no próximo plenário de Intersindical, que se realizará na respectiva sede, na Rua Vítor Cordon, nos próximos dias 24 e 25 do corrente mês.

ORGANIZAÇÕES SINDICAIS DEFENDEM DIREITO À GREVE

Várias têm sido as mensagens dirigidas nos últimos dias ao Conselho de Estado, pelas quais diversas organizações sindicais reafirmam o direito de todos os trabalhadores ao uso da greve, como defesa dos seus interesses de classe, e condenam a prática do «lock-out».

Assim, a União dos Sindicatos do Sul remeteu ao Conselho de Estado um telegrama, cujo texto é o que abaixo transcrevemos:

«Competindo ao Conselho de Estado debruçar-se sobre o Projecto-Lei que regulamentará o exercício do direito à greve, direito desde há muito reivindicado e exercido pelos trabalhadores mesmo sob pena de imensos sacrifícios, a U.S.S. salda V. Exas. e reafirma que quaisquer limitações ao direito à greve, não deixarão de provocar profundo descontentamento e viva reacção por parte dos trabalhadores, que não poderão aceitar tais limitações.

A U. S. S. confiadamente aguarda desse Conselho a institucionalização da prática do direito à greve em termos, não de constrangimento deste direito, mas de garantia para o efectivo exercício; reafirma ainda que a utilização do «Lock-out» por parte do patronato só beneficiará a força da reacção no seu processo contra-revolucionário de boicote à aplicação do programa do M. F. A.»

Também os técnicos de desenho, através do seu Sindicato, se dirigiram ao Conselho de Estado, subscrevendo o seguinte telegrama:

«Sendo do conhecimento deste Sindicato que, como constitucionalmente lhe compete, irá a Conselho de Estado pronunciar-se sobre o projecto-lei que formalizará legalmente o direito à greve, direito de há muito reivindicado e aplicado na prática pelos trabalhadores, vimos apoiar integralmente a posição da U.S.S. reafirmando que qualquer disposição limitativa do seu exercício irá provocar profundo descontentamento nos trabalhadores que representamos, que não o poderão aceitar sem reagirem.

Esperando que a Institucionalização deste inalienável direito do trabalhador seja feita em termos de garantia para o seu efectivo e não limitado exercício. Chama ainda a atenção de V. Exas. para a extrema gravidade de que se revestiria no momento actual uma hipotética legalização da utilização do «lock-out» o que, a verificar-se só irá favorecer as actividades da reacção no processo contra-revolucionário já em marcha, de boicote, à cabal aplicação do programa do M. F. A.»

9 A60. 1974

PORTO

A PRÓ-SINDICAL DOS C.T.T.

COMO OBSERVADOR DA INTERSINDICAL

A Comissão Pró-Sindical dos C. T. T. avistou-se com elementos do Secretariado da Intersindical, de modo a estudar o seu ingresso naquela organização de unidade sindical. A reunião de trabalho decorreu à porta fechada.

Sabe-se, no entanto, que a Comissão Pró-Sindicato cuja actuação levantou acesa controvérsia na altura da greve dos C. T. T., pediu o ingresso na Intersindical, na qualidade de observador.

Esta qualidade, e não a de membro de pleno direito, justifica-se, porque se trata de uma comissão provisória e preparatória das eleições para o Sindicato. Por isso, não pode tomar decisões definitivas vinculatórias. Ao que informaram os membros da Comissão, o seu trabalho tem consistido essencialmente na consciencialização dos trabalhadores para a vida sindical normal.

OUVINDO CANAIS ROCHA:

A intersindical rege-se
pelo absoluto respeito
pelos princípios democráticos

A experiência de outros países onde tensões desagregadoras de unidade dos trabalhadores atrasaram, notoriamente, a luta contra a exploração, deve estar presente entre nós. Unidade não significa moncorismo, apatia. A unidade é possível através de um pluralismo de opiniões. A unidade revela-se, fundamentalmente, na acção.

N.A. — O que é a Intersindical?

C.R. — A Intersindical Nacional é um movimento sindical unitário independente, composto por cerca de 200 sindicatos que representam mais de um milhão de trabalhadores sindicalizados.

O carácter unitário da In-

tersindical tem por base a experiência adquirida pelos trabalhadores portugueses na sua luta contra o capitalismo e o fascismo, e assenta na convicção de que a unidade dos trabalhadores se forja na luta contra a exploração de que todos são vítimas, indepen-

dentemente das suas concepções políticas ou religiosas.

A Intersindical é independente em relação aos partidos políticos e ao governo, mas tal independência não significa apoliticidade. É sobretudo independência par-

SEGUE NA PÁGINA 12 ➔

OUVINDO CANAIS ROCHA:

A Intersindical rege-se pelo absoluto respeito
pelos princípios democráticos

➤ DA PÁGINA 1

tidária que visa impedir que o Movimento Sindical Português seja atrelado a qualquer partido político.

A Intersindical rege-se pelo absoluto respeito pelos princípios democráticos e a sua acção é determinada pela defesa intransigente dos interesses dos trabalhadores em todos os domínios.

N.A. — Podemos distinguir na actividade da Intersindical três fases distintas, uma das quais se iniciou após o 25 de Abril. Como as caracteriza?

C.R. — A divisão da actividade da Intersindical em três fases é puramente formal, pois a acção da Intersindical, embora com altos e baixos (sobretudo antes do 25 de Abril) tem-se caracterizado não só pela continuidade da actividade como pela fidelidade aos princípios que presidiram à sua criação.

Só tendo em conta tudo isto se pode falar então em três fases. A primeira vai da sua fundação, 1 de Outubro de 1970, até Junho de 1971. Durante esta fase a actividade da Intersindical é «tolerada» pelo governo fascista e caracteriza-se pelo aumento incessante do número de sindicatos aderentes (37 em Janeiro de 1971), pela criação

das primeiras comissões ou grupos de trabalho, como a «Comissão Organizadora Central», o «Grupo de Trabalho da Previdência», etc. É ainda nesta fase que se reivindica junto do Ministério das Corporações o direito de serem os trabalhadores a escolher os seus representantes às conferências da O.I.T.

A segunda fase vai de Junho-Julho de 1971 até ao 25 de Abril. Começa com vaga repressiva desencadeada pelo fascismo sobre o Movimento Sindical e que levou não só à prisão de vários dirigentes sindicais como ao encerramento de alguns sindicatos e à substituição de direcções sindicais representativas por comissões administrativas nomeadas pelo governo. A intenção do fascismo era aniquilar a Intersindical. Mas este objectivo jamais foi alcançado. Embora em condições mais difíceis a Intersindical continuou a desenvolver a sua actividade e só assim se compreende que após o 25 de Abril ela tenha surgido à luz do dia com uma força e importância que surpreendeu muita gente não só no nosso país mas sobretudo no estrangeiro.

E assim entrámos na terceira fase, na qual a Intersindical deu um grande salto em frente, quer no plano interno com a aprovação pelo Plenário dos seus documentos-base («Princípios Gerais», «Regulamento Interno», «Estratégia Sindical» e «Reestruturação Sindical»), quer no plano externo com o aumento extraordinário dos sindicatos filiados (cerca de 200); no desenvolvimento das suas estruturas, criando várias

Unões Sindicais Distritais, Regionais e Locais, Comissões Sindicais de Empresa, Delegados Sindicais, etc.

N.A. — Quais as funções do Secretariado da Intersindical?

C.R. — O Secretariado, formado no momento presente por 12 sindicatos (7 da União dos Sindicatos do Sul e 5 da União dos Sindicatos do Porto), tem as seguintes funções: a) coordenar toda a actividade da Intersindical; b) executar todas as deliberações do Plenário, que é o órgão deliberativo.

OS SINDICATOS
VERTICAIS
FACILITAM
A UNIDADE

N.A. — Como entende a Intersindical a organização e estruturação sindicais?

Quais os domínios onde esta acção se tem revelado mais difícil?

C.R. — O Plenário da Intersindical aprovou na sua reunião de 13-14 de Julho passado um projecto de reorganização e reestruturação sindicais, no qual se definem as linhas gerais que devem nortear a nossa acção no sentido de dismantelar as estruturas corporativas legadas pelo fascismo e criar os sindicatos que interessam aos trabalhadores. Defende-se aí que o tipo de sindicatos que nos interessam são os sindicatos verticais (ou sindicatos por ramos de actividade) em vez dos sindicatos horizontais (ou sindicatos profissionais) criados pelo fascismo com o objectivo de melhor dividir os trabalhadores. Os sindicatos verticais facilitam a unidade dos trabalhadores enquanto os sindicatos horizontais são um entrave a essa unidade.

Mas esta integração sindical por ramos de actividade deve começar pela base, isto é, pela empresa ou local de trabalho, pois qualquer integração sindical ou assente na unidade de todos os trabalhadores ao nível de empresa ou local de trabalho é puramente for-

mal, e está condenada ao malogro. Daí que no momento presente seja fundamental a democratização e dinamização de toda a vida sindical, levando todos os trabalhadores a participarem activamente na actividade sindical, criando estruturas sindicais onde ainda não as houver e desenvolvendo as já existentes, a partir dos delegados sindicais, das comissões sindicais e intersindicais de empresa ou local de trabalho. Só sindicatos solidamente implantados nas empresas podem defender eficazmente os interesses dos trabalhadores.

Esta é uma das mais importantes batalhas que os trabalhadores portugueses têm de vencer: a modificação radical das estruturas sindicais criadas pelo fascismo.

A maior dificuldade para se alcançar este objectivo reside na influência da ideologia da burguesia como classe no seio das massas trabalhadoras, que defende que os interesses dos trabalhadores são divergentes, quer ao nível profissional quer ao nível das suas concepções políticas ou religiosas. É evidente que alimentar estas «divergências» é fomentar a divisão entre os trabalhadores, a qual só serve o capitalismo. É, em última instância, defender a exploração do homem pelo homem.

N.A. — Há quem conteste o facto da Intersindical se dizer representante de mais de um milhão de trabalhadores. O que se vos afigura responder a este respeito?

C.R. — Os que contestam a Intersindical não estão interessados em defender os interesses dos trabalhadores, pois só estes poderão dizer se os princípios e objectivos defendidos pela Intersindical servem ou não os seus interesses. Ora são os trabalhadores, através das suas direcções sindicais representativas, que formulam e traçam as linhas de acção da Intersindical no «absoluto respeito pelos princípios democráticos».

N.A. — Quais os projectos de acção futura da Intersindical?

C.R. — De tudo o que fica exposto deduzem-se alguns dos objectivos imediatos e futuros da Intersindical. Entre outros podemos dizer que os objectivos imediatos da Intersindical são: a luta contra o desemprego que está a atingir milhares e milhares de trabalhadores; a melhoria do nível de vida das classes trabalhadoras, em particular as mais desfavorecidas; a institucionalização das liberdades democráticas em geral e da liberdade sindical em particular, institucionalização essa que nunca poderá limitar o que a prática post-25 de Abril já consagrou; a gestão da Previdência pelos trabalhadores, etc.

Para se alcançarem estes e outros objectivos é necessário levar a cabo uma política económica que conduza à imediata nacionalização dos bancos emissores e industriais de base e ao controle do capital financeiro, e ao saneamento do aparelho de Estado de todos os níveis.

10 AGO. 1974

Sindicalistas de Santarém reunidos em Tomar

TOMAR — No quartel dos Bombeiros Municipais desta cidade, reuniu-se a União dos Sindicatos do Distrito de Santarém para debater os seguintes temas: informação, nova vida sindical (reestruturação), participação dos trabalhadores na vida sindical, posição dos trabalhadores no momento actual, etc

Presidiu Vítor Fernandes, da referida União, que se encontrava ladeado por Canais Rocha e Santos Silva, da Intersindical, além de vários delegados sindicais.

SOBRE O DIREITO A GREVE E O AUMENTO DO CUSTO DE VIDA

Opiniões
10-8-34

(6C) + (18)

— COMUNICADO DA INTERSINDICAL NACIONAL

- 1 — A institucionalização das liberdades democráticas em geral e da liberdade sindical em particular é uma necessidade imediata no processo de democratização em curso. Contudo, na opinião da Intersindical, já expressa várias vezes, tal institucionalização não pode levar a uma limitação da prática consagrada desde o 25 de Abril até ao presente.
- 2 — Assim, foi com profunda apreensão que os trabalhadores tomaram conhecimento do adiantamento «sine-die» da promulgação dos diplomas sobre o direito à greve, «lock out», organização sindical, etc. apreensão que mais se acentuou quando se soube, pelos órgãos de Informação, que os projectos iniciais sobre o direito à greve foram postos de lado e de que a apreciação desta matéria incide sobre um novo projecto.
- 3 — O direito à greve é uma conquista dos trabalhadores portugueses, feita ainda durante a vigência da monarquia (na segunda metade do século passado) e do qual não abdicaram mesmo durante o regime fascista, ainda que o exercício do tal direito lhes tivesse custado imensos sacrifícios.
- 4 — Quaisquer limitações ao direito à greve beneficiarão sempre e em última análise o patronato, e não deixarão de provocar profundo descontentamento e viva reacção por parte dos trabalhadores.
- 5 — No actual contexto, em que o poder económico dos grandes grupos financeiros continua intacto, limitar aos trabalhadores o exercício do direito à greve — qualquer que seja a natureza desta — quer impondo prazos quer permitindo a utilização do «lock out», não contribui para o reforço das associações sindicais. Ora esse reforço é indispensável para que a «política económica posta ao serviço do Povo», numa «estratégia antimonopolista», como se afirma no programa do M.F.A., seja levada a cabo.
- 6 — Os trabalhadores portugueses não podem ficar tranquilos quando o ministro do Trabalho declara que haverá «algumas restrições nos moldes dos países mais evoluídos» («A Capital» de 3.8.74), pois mesmo nesses países os trabalhadores exigem a abolição de restrições existentes, como se verificou recentemente na Inglaterra, em que o governo trabalhista suprimiu algumas das medidas repressivas impostas aos trabalhadores ingleses pelos governos conservadores.
- 7 — No programa do M.F.A. afirma-se que «a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida» será um dos objectivos de «uma nova política económica posta ao serviço do Povo». É evidente que só deste modo será possível melhorar o nível de vida dos trabalhadores, em particular das camadas mais desfavorecidas. Sendo assim, não se pode deixar de manifestar a nossa estranheza pelo facto de se prorrogar «sine-die» o congelamento dos salários e rendas de casa, e o mesmo não se verificar em relação aos preços, sobretudo no que se refere aos preços dos artigos de primeira necessidade. Tal facto não deixará de conduzir a um aumento dos preços dos produtos, pois o patronato está «ansioso» em recuperar o que os trabalhadores com a sua luta reivindicativa conseguiram após o 25 de Abril. O que se passou já com o aumento da tabela de preços dos produtos servidos nos restaurantes, cafés, pastelarias, etc., é bem elucidativo. Os industriais da panificação manobram para aumentar o preço do pão, enquanto se fala já que os jornais vão sofrer novo aumento.
- 8 — Perante esta situação, os trabalhadores não podem ficar indiferentes e se não forem tomadas enérgicas medidas por parte do governo, que impeçam a diminuição do salário real dos trabalhadores, estes terão de responder a tais aumentos com o aumento da sua luta.

D. Notícias - 12/8/1974

Direito à greve e aumento de preços

Em apoio ao comunicado da Inter-sindical sobre «direito à greve e aumento de preços», a direcção do Sindicato dos Profissionais de Escritório de Lisboa enviou ao Conselho de Estado e à Secretaria de Estado de Abastecimento e Preços, telegramas em que declara estar de acordo, integralmente, com o texto do referido comunicado.

12 ABO. 1974

TELEGRAMAS SOBRE O DIREITO À GREVE

O Sindicato Nacional dos Empregados de Escritório e Caixeiros do Distrito de Santarém e a União dos Sindicatos de Santarém enviaram ao Conselho de Estado os seguintes telegramas:

«A União Sindicatos Santarém reunida em assembleia trabalhadores concelho Tomar deliberou apoiar comunicado Inter-Sindical sobre direito greve stop».

«Sindicato Empregados Escritório Caixeiros Santarém apoia comunicado Inter-Sindical sobre direito greve stop».

13 APO. 1974

ACTIVIDADES DA INTERSINDICAL

Solidariedade operária contra os despedimentos

Depois de serem entregues aos trabalhadores da D. S. Electrónica 52 500\$ foram entregues, na sede da Intersindical, 7500\$00 aos trabalhadores da Applied Magnetics.

Por outro lado na Caixa Geral de Depósitos os trabalhadores decidiram descontar um dia de trabalho para solidariedade com os trabalhadores do sector de material eléctrico, vítimas da ofensiva das multinacionais.

Amanhã, às 15 horas, na sede da Intersindical realiza-se uma reunião entre representantes dos trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos e trabalhadores representando várias fábricas do sector de material eléctrico.

*

Na sequência da reunião que se realizou na semana passada com a comissão Pró-Sindicato dos CTT, vai o secretariado da Intersindical apresentar ao plenário, único órgão com poderes deliberativos, o pedido de admissão dessa comissão Pró-Sindicato, com estatuto de observador, nos futuros plenários daquela associação.

Sindicalização dos operários agrícolas

No cumprimento da decisão do plenário da Intersindical, de dar todo o apoio aos trabalhadores agrícolas na criação do seu Sindicato, deslocaram-se a Almeirim elementos do respectivo secretariado que reuniram com a direcção provisória do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém.

Este Sindicato, cuja sede está a funcionar em Almeirim, na antiga casa do povo, é o resultado de um trabalho feito em todo o distrito apoiado nas 44 comissões concelhias e de freguesia Pró-Sindicato, eleitas nas diversas localidades. Destas comissões, a de Benavente e do Couço já assinaram os dois primeiros contratos colectivos de trabalho deste distrito.

No distrito de Lisboa também se dão passos com vistas à sindicalização dos operários agrícolas. Nesse sentido reuniu com a comissão Pró-Sindicato dos trabalhadores agrícolas de Vila Franca de Xira, um representante da Intersindical.

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria Alimentar

Alguns elementos do secretariado da Intersindical reuniram com a comissão Pró-Sindicato dos trabalhadores da indústria alimentar para discutir o tipo de colaboração e apoio. A maioria dos trabalhadores de fábricas de concentrado de tomate, águas minerais, enlatados de carne, etc., não estavam sindicalizados. Já existem comissões Pró-Sindicato eleitas em 28 empresas.

Reunião para hoje

Na sede da Intersindical realiza-se hoje, às 15 horas, uma reunião com a direcção da União dos Sindicatos da Indústria do Papel.

Também no mesmo local, decorrerão reuniões de trabalhadores da Carris sobre «Comissões de Trabalhadores» e «Delegados Sindicais» e às 21.30, dos delegados sindicais do Sindicato dos Publicitários.

A Capital .
13-8-74

(6-J) + (6C)

Sindicalização dos operários agrícolas

Deslocaram-se a Almeirim elementos do Secretariado da Intersindical, que se reuniram com a direcção provisória do Sindicato

dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém, a fim de dar todo o apoio aos trabalhadores agrícolas na criação do seu sindicato, conforme decisão tomada em plenário da Intersindical.

Este Sindicato é o resultado de um trabalho feito em todo o distrito, apoiado nas 44 comissões concelhias e de freguesia pró-sindicato, eleitas nas diversas localidades. Destas comissões, a de Benavente e do Couço, já assinaram os dois primeiros contratos colectivos de trabalho deste distrito.

Do distrito de Lisboa também se dão passos com vista à sindicalização dos operários agrícolas. Nesse sentido, um representante da Intersindical reuniu-se ontem com a comissão pró-sindicato dos trabalhadores agrícolas de Vila Franca de Xira.

D. Lisboa - 13/8/1974

Apoio da Intersindical aos trabalhadores agrícolas

Elementos do Secretariado da Intersindical Nacional deslocaram-se a Almeirim, no cumprimento da decisão do plenário da Intersindical de dar todo o apoio aos trabalhadores agrícolas na criação do seu sindicato, onde estiveram reunidos com a Direcção Provisória do Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém.

Este Sindicato, cuja sede está a funcionar em Almeirim, na antiga casa do povo, é o resultado do trabalho feito em todo o distrito e apoiado nas 44 comissões concelhias e de freguesias pró-sindicato, eleitas nas diversas localidades. Destas comissões, a de Benavente e do Couço, assinaram já os dois primeiros contratos colectivos de trabalho do distrito.

Entretanto, no distrito de Lisboa dão-se os primeiros passos tendo em vista a sindicalização dos operários agrícolas. Nesse sentido verificou-se ontem uma reunião entre a comissão pró-sindicato dos trabalhadores

agrícolas de Vila Franca de Xira e um representante da Intersindical.

Também ontem, elementos do Secretariado da Intersindical reuniram com a comissão pró-sindicato dos trabalhadores da indústria alimentar para discutirem o tipo de colaboração e apoio da Intersindical. Muito embora a maioria dos trabalhadores de fábricas de concentrados de tomate, águas minerais, enlatados de carne e outros afins não estivessem sindicalizados existem neste momento comissões pró-sindicato eleitos em 28 empresas.

SOLIDARIEDADE DOS TRABALHADORES

Na sede da Intersindical foram entregues aos trabalhadores da D.S. Electrónica 52 500\$00 e aos trabalhadores da Applid Magnetic 7500\$00. Por outro lado, os trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos decidiram descontar um dia de trabalho em solidariedade com os ope-

rários do sector «material eléctrico», vítimas de ofensivas de despedimentos por parte das multinacionais.

Entretanto, na sequência de reunião que se realizou na semana passada com a Comissão Pró-Sindicato CTT, o Secretariado da Intersindical vai apresentar ao plenário, único órgão com poderes deliberativos, o pedido de admissão dessa comissão, com estatuto de observador, nos futuros plenários da Intersindical.

13 AGO. 1974

Solidariedade com trabalhadores despedidos

Respondendo ao apelo lançado pela União dos Sindicatos do Sul no sentido de intensificar a campanha de solidariedade aos trabalhadores despedidos ou em luta contra a reacção, os trabalhadores da Caixa Geral de Depósitos entregaram na União 40 000\$00, destinados aos seus camaradas da Applied Magnetics.

CAPITAL - 13/8/1944

Indústria aliment- tar já tem co- missões pró-sin- dicato

Alguns elementos do Secretariado da Intersindical reuniram-se com a comissão pró-sindicato dos trabalhadores da indústria alimentar, para discutir o tipo de colaboração e apoio da Intersindical.

A maioria dos trabalhadores de fábricas de concentrado de tomate, águas minerais, enlatados de carne e outras não estavam sindicalizados.

Já existem comissões pró-sindicato eleitas em 28 empresas.

MOVIMENTO SINDICAL UNIDO PENHOR DE DEMOCRACIA

No momento em que o povo de Moçambique principia a retomar consciência do que representa o movimento sindical na sociedade, julgamos de grande oportunidade este artigo do jornal «Avante» que, com a devida vénia transcrevemos:

O movimento sindical, os sindicatos, têm uma composição social e objectivos específicos que os distinguem dos partidos políticos ou de outras agremiações sociais.

O que são afinal os sindicatos?

São, antes de tudo, organismos de classe dos trabalhadores, quer sejam operários fabris ou agrícolas, pescadores ou empregados — o que significa que para se ser admitido num sindicato não é preciso outra condição que não seja a de ganhar o seu sustento e da sua família pelo seu próprio trabalho, pela venda da sua força de trabalho.

Logo, todos os trabalhadores se podem aí agremiar independentemente das suas «filiações» e simpatias partidárias e dos seus credos religiosos ou filosóficos. Comunistas, socialistas, democratas ou simples trabalhadores sem partido; ateus, católicos ou protestantes, outra condição não lhes é exigida senão uma só — a de serem trabalhadores. Isto imprime-lhes desde logo uma característica de classe bem definida. E ajuda ao mesmo tempo a compreender a sua força.

E quais são os seus objectivos?

Estes variam, como é evidente, segundo a natureza capitalista ou socialista do Estado, segundo o regime político vigente.

Em Portugal vigora o sistema de exploração capitalista logo é neste contexto de classe que importa aqui abordar os problemas dos sindicatos e do movimento sindical. Quais são então, a esta luz, os objectivos específicos dos sindicatos?

São, em primeiro lugar, a defesa dos interesses de classe dos trabalhadores, em oposição aos da classe patronal — o que implica a necessidade de uma acção diária, por vezes áspera e violenta pelas suas reivindicações imediatas de carácter económico e social. Problemas tais como os dos salários; da melhoria geral das condições de vida e de trabalho; da segurança social de molde a garantir a subsistência, a saúde, o acesso à instrução e à cultura e os lazeres dos trabalhadores; da higiene e segurança no trabalho, etc., inserem-se nesta categoria de objectivos.

São, em segundo lugar, os da defesa dos direitos sociais dos trabalhadores, tais como o direito ao trabalho, o direito

de reunião, associação e manifestação, o direito à greve, etc.

Finalmente, uma terceira categoria de objectivos, os da defesa dos direitos políticos da classe trabalhadora, os da participação dos trabalhadores na vida política do seu país.

As formas de luta e acção por estes interesses e direitos sob o capitalismo variam também segundo o regime político em vigor. Em Portugal, depois do 25 de Abril, que derrubou o fascismo foi instaurado um regime de transição para a democracia e conquistada uma ampla liberdade política no uso da qual os trabalhadores puderam não só obter a satisfação parcial de várias das suas reivindicações imediatas e dos seus direitos e liberdades como cidadãos e trabalhadores como de lançarem as bases da sua organização de classe de tipo novo — os sindicatos livres.

Dir-se-á que tudo isto já são coisas sabidas — e é verdade — mas não é de mais referir que é a esta órbita que é necessária, a saúde, o acesso à instrução, o encargo do novo movimento sindical português e as suas tarefas essenciais no momento actual.

SINDICATOS LIVRES — NÃO SINDICATOS DIVIDIDOS

A característica principal das classes trabalhadoras é a sua coesão. Os sindicatos como organismos de classe dos trabalhadores no seu sentido mais amplo, não podem deixar de exprimir na sua acção essa característica principal sob pena de se negarem a si próprios.

A unidade da classe operária foi o vínculo de milhares de lutas contra o patronato e o fascismo até ao 25 de Abril. Primeiro nas empresas como terreno básico dos seus embates de classe, depois, a partir de 1945, em conjugação com um trabalho paciente, difícil e complexo dentro dos próprios sindicatos nacionais fascistas, através do aproveitamento das mínimas possibilidades legais de acção.

Esse trabalho tenaz político e mobilizador levado a cabo durante longos anos pelo PCP, o partido dos trabalhadores, fincou raízes nos sindicatos fascistas, formou inúmeros dirigentes sindicais experimentados e permitiu criar nos últimos anos do fascismo um notável e aguerrido movimento de massas no terreno sindical.

Um movimento unido.

Essa tradição de luta, experiência e unidade, foram preciosas no momento em que, derrubado o fascismo, se tratou de converter a velha organização sindical numa orgânica de tipo novo, independente, de carácter democrático, em suma, a organização de sindicatos livres.

Esta conversão, ainda não totalmente realizada, é uma tarefa cheia de dificuldades e tanto mais quanto coincide com um agravamento da situação dos trabalhadores, por motivo da raivosa sabotagem económica de certos círculos do grande capital, e o consequente agravamento da luta de classes.

Assoberbados por mil e um problemas e solicitações, são naturais os erros e as soluções

de organização improvisadas da parte dos dirigentes e militantes sindicais mais destacados. Mas a decisão de criar uma Comissão Intersindical logo à raíz do 25 de Abril e que neste momento agrupa um grande número de sindicatos constitui um passo decisivo para a estruturação correcta de um poderoso movimento sindical de carácter unitário.

Estruturação que assegure a unidade e desenvolvimento sindical

A formação de sindicatos livres não é, pois, um factor de dispersão e mesmo divisão — é antes, necessariamente, condição para o alargamento e reforço do movimento sindical unitário e ainda para a criação de sindicatos de trabalhadores em novas classes. Referimo-nos aos assalariados agrícolas, aos pescadores e aos funcionários públicos.

Entretanto, na criação das novas estruturas do movimento sindical detectam-se iniciativas que não ajudam e mesmo em certos casos contrariam o seu carácter e desenvolvimento unitários. Determinados sectores políticos tentam impor unilateralmente estruturas sindicais sem nenhuma relação com as actividades profissionais respectivas. Estabelecem-se uniões de sindicatos pela cúpula sem ouvir os trabalhadores sindicalizados. São por vezes, exclusivos interesses partidários — não do PCP, evidentemente cujos militantes no movimento sindical conduzem uma actividade essencialmente unitária — atropelam-se sem o menor escrúpulo regras democráticas de funcionamento dos sindicatos para conquistar postos de direcção que canalizam o movimento sindical para objectivos que não são os seus, tudo isto com o maior desrespeito pela vontade e poder deliberativo das massas associativas.

Surgem assim, formas orgânicas que são verdadeiros abortos, as quais, a não serem alteradas, prejudicarão gravemente o desenvolvimento e o carácter unitário do movimento sindical. A inconsciência destes maneios pagá-lo-ão os próprios trabalhadores se, colectivamente, dentro dos seus sindicatos, não lhes opuserem uma barreira.

O mais grave, porém, são as tentativas de fazer arregimentar o movimento sindical português a centrais sindicais internacionais o que levaria infalivelmente à sua divisão e consequente debilitamento. Os que assim actuam em Portugal estão assumindo uma grave responsabilidade perante a classe operária. Os trabalhadores portugueses não devem consentir que se trafique nas suas costas contra a unidade do movimento sindical, devem exigir que a massa dos sindicalizados seja ouvida nas disposições que interessam ao seu sindicato, devem submeter a Intersindical as suas dúvidas e ideias quanto à estruturação do seu movimento e pôr um freio à actividade divisionista de elementos que se dizem trabalhadores, mas nada têm de comum com a classe operária.

O apoliticismo dos sindicatos contra a democracia

Da mesma ou doutra origem mas de forma coincidente, alguns militantes e dirigentes sindicais defendem com ardor o apoliticismo dos sindicatos. Em geral, tais tendências dirigem-se, objectivamente, contra o PCP e têm por objectivo afastar os comunistas do movimento sindical.

Dissemos atrás que os sindicatos não são partidos políticos, mas seria um atentado

à democracia subtraí-los à luta geral do povo português pela consolidação dos direitos e liberdades alcançados, que é essencialmente política. Os sindicatos têm um largo papel a desempenhar na democratização do País e os que preconizam o apoliticismo talvez pretendam arregimentar o poderoso movimento sindical para objectivos políticos inconcebíveis, como se verificou, por exemplo, com a pró-sindicalidade dos CTT.

Os trabalhadores devem estar atentos, aqueles que por interesses obscuros ou por uma concepção errónea defendem o apoliticismo dos sindicatos.

Os sindicatos, o movimento sindical, não são organismos políticos mas devem estar ao serviço de uma política — a do actual processo democrático que conduzirá os portugueses a dirigirem os seus próprios destinos.

CURSO DE HISTÓRIA

Realiza-se hoje pelas 17.30 horas, no Anfiteatro I à Praça 7 de Março, uma reunião promovida pela comissão do Curso de História da Faculdade de Letras da Universidade local.

Durante a assembleia, serão tratados assuntos relacionados com o conselho directivo e o curso livre de História.

14 AGO. 1974

PERIGOS DA AUTOGESTÃO DENUNCIADOS NA CARRIS

— **A**s comissões de empresa foram inventadas pelos patrões com a intenção de dividir os trabalhadores — afirmou Canais Rocha, durante um colóquio sobre sindicalismo, promovido por um grupo de trabalhadores da Carris e realizado na sede da Intersindical, com a presença de cerca de centena e meia de trabalhadores, subordinado ao tema «Comissões de Trabalhadores — o que são, para que servem e delegados sindicais — quais as suas funções».

Depois de historiar o aparecimento das comissões de trabalhadores na cena da luta sindical em Portugal, Canais Rocha, referindo-se à formação de comissões de unidade nas empresas, com o fim de neutralizar a acção pró-patronal das comissões de empresa salientou:

— Perante a acção nociva das comissões de empresa, sob diversas designações, apareceram estas comissões de unidade que visavam unir os trabalhadores de forma a ganharem força para conseguirem as suas justas aspirações. Essas comissões de unidade foram um dos pilares da luta sindical durante o fascismo.

Referindo-se à criação de comissões de empresa após o 25 de Abril, afirmou:

— Agora surgiu um movimento de criação de comissões de empresa, de maneira geral, são fomentadas pelas grandes empresas, mas agora extensivas também, às médias e tensivas também, às médias e às pequenas empresas. Frequentemente, vêm aqui membros dessas comissões pedir ajuda para a feitura do regulamento para o seu funcionamento. Algumas mudam de nome, mas a intenção que está por detrás dessas comissões é sempre a mesma. Hoje, em Portugal, no novo contexto político, as relações de trabalho irão processar-se de uma forma diferente. Os conflitos de trabalho vão ser solucionados ao nível da empresa, directamente, entre trabalhadores e patrões, entre sindicato e associação patronal, sem intervenção do Governo. As empresas estão, assim, interessadas na existência dessas comissões.

Sindicatos verticais

Mais adiante, Canais Rocha referiu-se às vantagens de se organizarem sindicatos verticais, portanto, a nível de todo o País. A propósito salientou:

— Se formos para a negocia-

ção colectiva vertical, à escala nacional, os salários tendem, cada vez mais, a nivelar-se, pois, as necessidades dos trabalhadores são todas iguais, quer seja em Faro ou Viana do Castelo. Não há razão para que uns ganhem muito e outros pouco. As empresas, por sua vez, com o objectivo de dividir os trabalhadores para melhor os explorar, estão interessadas em negociar contratos colectivos de trabalho ao nível das empresas e não ao nível dos sindicatos.

«Por outro lado — prosseguiu — eles sabem que, com as novas liberdades conquistadas, vai sair a nova lei sindical que irá permitir a constituição de sindicatos fortes, reivindicativos e com grande poder para lutar com as entidades patronais. Há, pois, por parte destas, necessidade de influenciar os trabalhadores de que a actividade sindical não lhes interessa e que podem resolver os seus problemas a nível de empresa. Neste aspecto, as comissões de empresa, se não foram transformadas em comissões de unidade ao serviço dos trabalhadores, podem fazer o jogo da administração.

Autogestão

Expondo os perigos que podem advir para os trabalhadores do exercício da autogestão e da co-gestão, o orador afirmou:

— Em muitos casos, erradamente, os trabalhadores têm alinhado nessa posição, esquecendo-se de que, em regime capitalista, gerir empresas que visam lucro só serve o capitalismo. Das duas uma: ou a coisa dá mais lucros e os capitalistas ganham, ou a empresa vai à falência e os trabalhadores atiram-se contra a comissão. Aliás, temos o exemplo do que se passou recentemente com a TAP.

Neste aspecto, Canais Rocha referiu-se ao perigo de em certas empresas as comissões de trabalhadores reservarem para si a última palavra na admissão,

promoção e de castigo de outros trabalhadores, afirmando a propósito:

— Não é este o caminho a seguir. Uma coisa é nós exigirmos que a comissão de trabalhadores deve fiscalizar e controlar os actos da administração, e deve interferir na política do trabalho, mas é à administração que cabe a decisão final. Porquê? Se a administração castiga, a comissão está sempre em condições de reunir os trabalhadores contra a administração e protestar contra o despedimento.

Delegados sindicais

Referiu-se depois à importância da acção dos delegados sin-

dicais, como elementos de dinamização da vida sindical junto das empresas. Definindo a posição e acção do delegado sindical disse:

— O delegado sindical é o camarada que, eleito pelos trabalhadores ou designado pela direcção do sindicato, representa a direcção na empresa ou secção. É o elo de ligação entre os trabalhadores e a direcção do sindicato. É aquele que informa a direcção das aspirações e anseios dos trabalhadores. Ao mesmo tempo, traz à empresa onde trabalha as directrizes, as posições e a política sindical da sua direcção. Portanto, a função do delegado sindical é importante. Ele deve ser um dinamizador da vida sindical na empresa.

14 ABO. 1974

A dinamização da vida sindical passa pela eleição de delegados

— afirmou Canais Rocha, na Intersindical

Um grupo de trabalhadores da Carris promoveu ontem, na sede da Intersindical, um debate, orientado por Canais Rocha (elemento do Secretariado daquela organização), sobre o tema «para que são e para que servem as comissões de trabalhadores e quais as funções dos delegados sindicais».

Cerca de 150 trabalhadores da Carris acorreram à sede da Intersindical não só para ouvirem as palavras de Canais Rocha, como para participarem no debate que se seguiu à sua intervenção.

Canais Rocha começou por fazer uma resenha histórica do que têm sido, entre nós as comissões de empresa. Nesse sentido, esclareceu os presentes que elas surgiram em Portugal, na década de 60 — a exemplo do que já sucedera em vários países da Europa Ocidental —, promovidas pelo próprio patronato.

Nos países mais industrializados da Europa Ocidental as comissões de empresa tinham sido promovidas pelo patronato para fazerem concorrência às fortes centrais sindicais dos trabalhadores, deslocando os conflitos de trabalho para um âmbito mais restrito (onde o patronato tinha muito maior capacidade de manobrar a empresa).

Para além destes aspectos havia por parte do patronato — segundo afirmou — a intenção de enleiar os trabalhadores num novo colaboracionismo de classes, sob novas formas, por vezes muito enganadoras (temas de co-gestão, participação, etc.).

No nosso País — continuou Canais Rocha —, o corporativismo fascista manietara grande parte do potencial de luta das massas trabalhadoras, através de uma organização horizontal, profissional, dos trabalhadores em sindicatos, a que se aliava, aliás, toda uma legislação repressiva (sindical e política). No entanto, a partir do fim da 2.ª Guerra Mundial, os trabalhadores portugueses souberam lutar contra os desígnios do patronato e do Estado fascista, desencadeando lutas que visavam a transformação dos sindicatos fascistas em sindicatos que, apesar de todas as inevitáveis limitações, se pusessem ao serviço dos trabalhadores.

Foi assim que, logo a seguir ao fim da guerra, os trabalhadores conseguiram eleger para cerca de 50 «sindicatos nacionais» direcções da confiança da classe.

Este sucesso do movimento dos trabalhadores portugueses levou a um acentuamento da repressão sobre os sindicatos e o movimento sindical em geral. Perante esta ofensiva do patronato e do governo fascista, os trabalhadores avançaram com novos métodos de luta, a nível de empresa: as suas comissões de unidade.

Até 25 de Abril, conforme as circunstâncias e as suas possibilidades de luta, os trabalhadores portugueses souberam aliar a luta dentro dos sindicatos fascistas com a luta nas empresas (onde as comissões de unidade desempenhavam, muitas vezes, papéis decisivos).

Foi neste contexto, afirmou ainda Canais Rocha, que a C. U. F., nos primeiros anos da década de 60, promoveu a criação da sua Comissão Interna de Empresa. «Com esta manobra demagógica e divisionista — disse — procuravam os patrões da C. U. F. desviar os trabalhadores da luta sindical e resolver os problemas reivindicativos a nível de empresa. A comissão de unidade que fomentava e centralizava a luta dos trabalhadores da C. U. F.»

Comissões de empresa, hoje

Depois de 25 de Abril verificou-se novo surto de comissões de empresa, muitas vezes defendidas pelos próprios trabalhadores. «Também hoje as empresas estão interessadas nelas e fomentam-nas directa ou indirectamente», observou, a propósito, Canais Rocha.

As razões desse interesse se-

riam as mesmas, embora adaptadas aos novos condicionalismos. Atendendo a que a nova lei sindical permitirá e favorecerá a criação de fortes sindicatos de trabalhadores, é do interesse dos capitalistas desviar o centro da luta dos trabalhadores dos seus sindicatos para as empresas, onde será mais fácil enleá-los com propostas demagógicas de co-gestão que, em última análise, dentro do sistema capitalista, apenas servem ao patronato e criam condições favoráveis à divisão dos trabalhadores.

Primazia ao trabalho sindical

«O factor essencial do momento, para os trabalhadores, é a dinamização da vida sindical; conseguir que os trabalhadores, maciçamente, participem mais activamente na vida dos seus sindicatos, dentro das suas próprias empresas elegendo delegados sindicais, fomentando comissões sindicais e comissões intersindicais.»

«A dinamização da vida sindical passa pela empresa, pela eleição de delegados sindicais», declarou ainda Canais Rocha. O delegado sindical é o elo de ligação entre os trabalhadores na empresa e o sindicato (a classe); ele deve ser não só um fiscalizador do cumprimento das cláusulas dos C. C. T. mas também muito particularmente, um incentivador da informação e da vida sindical na sua empresa. A Comissão Sindical, composta por vários delegados (eleitos pelos trabalhadores ou designados pela direcção do sindicato) «chamará a si as funções do delegado, mas num âmbito mais amplo» — caber-lhe-á tomar as posições de conjunto dos trabalhadores da empresa.

Nas empresas onde existam delegados de diferentes sindicatos poder-se-ão formar Comissões Intersindicais que, na prática realizarão a fusão, a unidade dos trabalhadores portugueses.

No final da sua intervenção, Canais Rocha chamou a atenção para essa «grande tarefa dos trabalhadores portugueses»: construir sindicatos verticais que unam os trabalhadores na base do ramo de actividade. Mas advertiu que essa unidade não poderia ser formada na cúpula (por decisão de direcções sindicais); teria de ser realizada na base, por decisão das amplas massas de trabalhadores interessados. Um trabalho desse tipo terá de começar a partir da própria empresa — daí a grande importância, neste momento, do trabalho dos delegados sindicais e das comissões sindicais, apoiadas no esforço dos trabalhadores de cada empresa e de cada sector profissional.

«A força de um sindicato não reside só no número dos seus aderentes reside, sim, muito principalmente, na unidade dos trabalhadores desse sindicato e do seu estado de organização. Por isso há que trabalhar desde já, activando a vida sindical, pondo de pé as suas estruturas, fomentando, aos vários níveis, a sua unidade» — concluiu Canais Rocha.

Após a intervenção de Canais Rocha, seguiu-se um período de diálogo com a assembleia, bastante animado, embora forçosamente curto. Outra reunião de trabalhadores estava marcada para aquela mesma sala da Intersindical, desta vez, uma reunião de trabalhadores bancários.

15 AGO. 1974

CONGRESSO DOS TRABALHADORES DOS TRANSPORTES

**APOIO AOS MOVIMENTOS
SINDICAIS PORTUGUESES**

ESTOCOLMO, 14 — O Congresso da Federação Internacional dos Trabalhadores dos Transportes aprovou na terça-feira uma resolução segundo a qual «os interesses dos trabalhadores dos transportes são os mesmos independentemente das nacionalidades e da ideologia das organizações sindicais».

Esta resolução abre as portas aos contactos e à colaboração entre as organizações sindicais ocidentais e os sindicatos dos países de Leste.

O Congresso decidiu também apoiar os movimentos sin-

dicais e a população de Portugal, esta — acentuou o Congresso — «deve escolher democraticamente o seu destino, sem ingerência dos interesses políticos ou económicos estrangeiros». Apovou ainda uma resolução condenando os actos fascistas registados na Itália e pediu aos seus seis milhões de filiados para realizarem uma boicotagem de dois dias em todos os transportes destinados ao Chile e provenientes do Chile. Essa boicotagem realizar-se-á no próximo mês de Setembro. — (R. e F. P.).

16 ABO. 1974

ALGUMAS EMPRESAS DA INDÚSTRIA DE PAPEL DESRESPEITAM OS C.C.T.

— denuncia a Intersindical

A propósito duma reunião com a direcção da União dos Sindicatos da Indústria do Papel, a Intersindical distribuiu um comunicado, onde, a respeito da análise de alguns problemas daquele sector, salienta:

«1— Que vencidas todas as dificuldades levantadas até à celebração de um acordo entre as entidades patronais e os representantes dos trabalhadores verifica-se que algumas empresas não cumprem o estabelecido.

2— Que outras empresas não pagam o salário mínimo, aproveitando-se da pouca consciência de classe de alguns trabalhadores que empregam, levando-os a assinar os recibos com aquela importância.

3— Alegam ainda, para cometer estas ilegalidades, dificuldades financeiras, desculpando-se com falta de vendas, falta de crédito bancário e falta de matéria-prima.

4— Os trabalhadores do sector sentem-se consequentemente ludibriados e pouco dispostos a aceitar tal situação por muito mais tempo, esperando que as negociações a iniciar em Outubro venham trazer os benefícios a que têm direito.

Perante esta situação, o Secretariado da Intersindical alerta uma vez mais os trabalhadores para as manobras da reacção e do grande capital que procuram dividi-los e confundir-los para continuarem a reinar.

Há que estarmos atentos, combater firme e decididamente todas as manobras e opormo-nos terminantemente a que continuemos a pagar, para um estado de coisas de que não fomos culpados mas somos vítimas.

É tempo dos trabalhadores começarem a receber uma maior parcela da riqueza que produzem.

O Secretariado da Intersindical chama também a atenção do Governo Provisório para a necessidade de legislar rapidamente de modo a garantir aos trabalhadores melhores condições de vida e de trabalho.»

16 ABO. 1974

PORTO

Empresas Industriais de Papel não cumprem o Contrato de Trabalho

Reuniu-se o Secretariado da Intersindical com a União dos Sindicatos da Indústria do Papel. Em foco esteve o não cumprimento, por parte de entidades patronais, do contrato colectivo oportunamente firmado.

Da análise de alguns problemas deste sector ficou a saber-se:

1 — Que vencidas todas as dificuldades levantadas até à celebração de um acordo entre as entidades patronais e os representantes dos trabalhadores, verifica-se que algumas empresas não cumprem o estabelecido.

2 — Que outras empresas não pagam o salário mínimo, aproveitando-se da pouca consciência de classe de alguns trabalhadores que empregam, levando-os a assinar os recibos com aquela importância.

3 — Alegam ainda, para cometer estas ilegalidades, difi-

culdades financeiras, desculpando-se com faltas de vendas, falta de crédito bancário e falta de matéria-prima.

4 — Os trabalhadores do sector sentem-se consequentemente ludibriados e pouco postos a aceitar tal situação por muito mais tempo, esperando que as negociações a iniciar em Outubro venham então trazer os benefícios a que têm direito.

Perante esta situação, o Secretariado da Intersindical alertou os trabalhadores para as manobras da reacção e do grande capital que procuram dividi-los e confundi-los para continuarem a reinar, ao mesmo tempo que chamam também a atenção do Governo Provisório para a necessidade de legislar rapidamente, de modo a garantir aos trabalhadores melhores condições de vida e de trabalho.

16 AGO. 1974

NACIONAL

A INTERSINDICAL DENUNCIA

Ilegalidades patronais na indústria do papel

Uma sensação de profundo mal-estar, originada por constantes ilegalidades de actuação de entidades patronais, alastra na indústria do papel. A denúncia é da Intersindical e consta do seguinte comunicado:

«1 — Vencidas todas as dificuldades levantadas até à celebração de um acordo entre as entidades patronais e os representantes dos trabalhadores, verifica-se que algumas empresas não cumprem o estabelecido.

2 — Outras empresas não pagam o salário mínimo, aproveitando-se da pouca consciência de classe de alguns trabalhadores que empregam, levando-os a assinar os recibos com aquela importância.

3 — Alegam ainda, para cometer estas ilegalidades, dificuldades financeiras, desculpando-se com faltas de vendas, falta de crédito bancário e falta de matéria-prima.

4 — Os trabalhadores do sector sentem-se consequentemente ludibriados e pouco dispostos a aceitar tal situação por muito mais tempo, esperando que as negociações a iniciar em Outubro venham trazer os benefícios a que têm direito.

Perante esta situação, o Secretariado da Intersindical alerta uma vez mais os trabalhadores para as manobras da reacção e do grande capital, que procuram dividi-los e confundi-los para continuarem a reinar.

Há que estarmos atentos, combater firme e decididamente todas as manobras e opor-mo-nos terminantemente a que continuemos a pagar para um estado de coisas de que não fomos culpados mas somos vítimas. É tempo de os trabalhadores começarem a receber uma maior parcela da riqueza que produzem.

O Secretariado da Intersindical chama também a atenção do Governo Provisório para a necessidade de legislar rapidamente de modo a garantir aos trabalhadores melhores condições de vida e de trabalho».

DESPEDIMENTO DE DELEGADOS

Uma informação também proveniente da Intersindical dá conta de outro atropelo á expectativa dos trabalhadores neste caso ao nível sindical: dois delegados foram despedidos pela entidade patronal. Eis o texto do documento:

«Os patrões da Cerâmica Vale de Murta, sita em Vale de Murta, acabam de despedir dois delegados sindicais, encontrando-se o terceiro já ameaçado.

Os trabalhadores despedidos referem que o motivo do seu despedimento se deve unicamente ao facto de serem delegados sindicais.

Se esta é a democracia que convém aos patrões da fábrica, não é, certamente a que interessa aos trabalhadores. Só a luta solidária de todos os trabalhadores pela reintegração dos seus camaradas porá cobro ás atitudes reaccionárias do patronato.»

Riário
de Murta

16-8-74

(6C) + (6G)

Dois trabalhadores despedidos por serem delegados sindicais

Intersindical fez distribuir uma informação nos seguintes termos:

Os patrões da Cerâmica Vale de Murta, sita em Vale de Murta, acabam de despedir dois ~~delegados~~

sindicais, encontrando-se o terceiro já ameaçado.

Os trabalhadores despedidos referem que o motivo do seu despedimento se deve unicamente ao facto de serem delegados sindicais:

Se é esta a democracia que convém aos patrões da fábrica, não é, certamente, a que interessa aos trabalhadores. Só a luta solidária de todos os trabalhadores pela reintegração dos seus camaradas porá cobro às atitudes reaccionárias do patronato.»

16 AGO. 1974

ALGUMAS INDÚSTRIAS DE PAPEL NÃO PAGAM OS SALÁRIOS MÍNIMOS

Alegando falta de vendas, de crédito bancário e de matéria-prima, algumas indústrias de papel não cumprem o acordo estabelecido entre as entidades patronais e os representantes dos trabalhadores; outras não pagam o salário mínimo, aproveitando-se da pouca consciência de classe de alguns trabalhadores que empregam, levando-os a assinar recibos com aquela importância.

Esta informação advém da reunião efectuada entre a direcção da União dos Sindicatos da Indústria do Papel e o Secretariado da Intersindical para debater as ilegalidades cometidas.

Os trabalhadores sentem-se ludibriados e mostram-se pouco dispostos a aceitar tal situação por muito mais tempo, esperando que as negociações, a iniciar em Outubro, venham tra-

zer-lhes os benefícios a que têm direito.

Perante a actual situação, e num comunicado agora difundido, a Secretariado da Intersindical alerta uma vez mais os trabalhadores para as manobras da reacção e do grande capital que procuram dividi-los e confundir-los para continuarem a reinar, chamando também a atenção do Governo Provisório para a necessidade de legislar rapidamente de modo a garantir aos trabalhadores melhores condições de vida e de trabalho.

DELEGADOS SINDICAIS DESPEDIDOS

Por outro lado, segundo informa a Intersindical, os patrões da Cerâmica Vale de Murta, na localidade do mesmo nome, despediram dois delegados sindicais, ameaçando proceder do

mesmo modo em relação a um terceiro.

Os trabalhadores despedidos referem que o motivo do seu despedimento se deve unicamente ao facto de desempenharem funções sindicais.

O comunicado termina apelando para a luta solidária de todos os trabalhadores daquela empresa pela reintegração dos seus camaradas no sentido de pôr cobro às atitudes reaccionárias do patronato.

17 AGO. 1974 Porto

RECLAMA A INTERSINDICAL LEGISLAR RAPIDAMENTE DE MODO A GARANTIR MELHORES CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO

A multiplicidade de sectores empenhados na resolução de conflitos de trabalho, mostra com toda a evidência como ainda estão longe de soluções satisfatórias diferendos abertos depois do 25 de Abril e, em muitos casos, já anteriores ao movimento que derrubou o regime fascista.

Assim, entre outros, os sectores da enfermagem, das companhias de aviação, indústria de papel e seguros têm problemas para resolver, desenvolvendo-se intensa actividade para se atingir plataformas conciliatórias dos interesses em jogo, pois se em alguns casos as perspectivas são animosas, noutros as situações de impasse constituem a característica dominante.

Assim, por maioria absoluta dos trabalhadores das companhias de aviação estrangeiras representadas em Portugal, deveria ser iniciada na próxima segunda-feira, dia 19, a paralisação parcial da sua actividade, em face da atitude assumida pelos negociadores daquelas companhias, no âmbito da revisão da acta do contrato colectivo de trabalho.

Porém, o Ministério do Trabalho intercedeu junto das partes contratuais no sentido de vir a realizar-se na segunda-feira, pelas 10 horas, naquele Ministério, uma reunião entre os representantes do Sindicato Nacional dos Serviços Administrativos da Marinha Mercante, Aeronavegação e Pesca e das citadas empresas transportadoras, com a presença de um delegado do Ministério do Trabalho. Dessa forma ficou em princípio adiada a anunciada paralisação do trabalho.

O Ministério do Trabalho espera de ambas as partes, tendo presente não só os interesses em causa mas, também, os superiores interesses do País, que consigam chegar a um acordo rápido, afirma-se de fonte governamental.

● A SUSPENSÃO DAS PARALISAÇÕES DE TRABALHO

O assunto foi largamente debatido numa reunião efectuada de manhã, com os representantes dos órgãos informativos, durante a qual os trabalhadores ligados às negociações, actualmente interrompidas, prestaram esclarecimentos acerca dos problemas suscitados pelas mesmas negociações.

Assim, a proposta de revisão do acordo colectivo de trabalho foi apresentada aos representantes das companhias estrangeiras, em 13 de Março passado. No entanto, as conversações só tiveram início a 15 de Julho a pedido dos representantes da entidade patronal.

Ao iniciar os encontros, os representantes sindicais apresentaram um condição prévia para a sua continuação e que consistia na proibição de despedimento sem justa causa durante o período de negociações. Esta condição prévia justificava-se pelo facto de constar, insistentemente, que algumas companhias preparavam despedimentos sem justa causa, «atendendo aos prejuízos que tiveram». Para os trabalhadores, esta justificação não é válida, pois as grandes companhias de aviação não têm em Lisboa um quadro de pessoal tão numeroso que um ou dois despedimentos, mesmo meia dúzia, represente uma economia em orçamentos de milhões de dólares.

Entretanto, fora decidido pelo Sindicato promover paralisações de trabalho, em Setembro, face à ameaça de despedimentos. A solução encontrada através do Ministério do Trabalho e que referimos acima, suspende provisoriamente a aplicação das disposições anunciadas pelos trabalhadores.

12 Janeiro - 1978/74

INDÚSTRIA DO PAPEL: FALTA DE CUMPRIMENTO DOS ACORDOS DE TRABALHO

No sector da indústria do papel, depois de uma reunião com a União dos Sindicatos do ramo, a Intersindical distribuiu um comunicado em que denuncia o facto de algumas empresas não

estarem a cumprir o acordo de trabalho celebrado entre as entidades patronais e os representantes dos trabalhadores.

Chamando a atenção do Governo para a necessidade de legislar rapidamente de modo a garantir aos trabalhadores melhores condições de vida e de trabalho, a Intersindical salienta numa análise crítica da situação naquele sector:

«1 — Que vencidas todas as dificuldades levantadas até à celebração de um acordo entre as entidades patronais e os responsáveis dos trabalhadores, verifica-se que algumas empresas não cumprem o estabelecido.

2 — Que outras empresas não pagam o salário mínimo, aproveitando-se da pouca consciência de classe de alguns trabalhadores que empregam, levando-os a assinar os recibos com aquela importância.

3 — Alegam, ainda, para cometer estas ilegalidades dificuldades financeiras, desculpando-se com faltas de vendas, falta de crédito bancário e falta de matéria-prima.

4 — Os trabalhadores do sector sentem-se conseqüentemente ludibriados e pouco dispostos a aceitarem tal situação por muito mais tempo, esperando que as negociações, a iniciar em Outubro, venham então trazer os benefícios a que têm direito.

Perante esta situação, o secretariado da Intersindical alerta uma vez mais os trabalhadores para as manobras da reacção e do grande capital, que procuram dividi-los e confundir-los para continuarem a reinar. Há que estarmos atentos, combater firme e decididamente todas as manobras e opormo-nos terminantemente a que continuemos a pagar para um estado de coisas de que não somos os culpados mas somos as vítimas.

É tempo dos trabalhadores começarem a receber uma maior parcela da riqueza que produzem.»

6-C ²¹⁻⁸⁻⁷⁴ INTERSINDICAL

Realiza-se nos dias 24 e 25 mais um plenário da Intersindical com a seguinte ordem de trabalhos: dia 24 — Previdência; Fundos (aplicação da oferta monetária da F.D.G.B.); Informações. Dia 25 — Despedimentos e aumento do custo de vida; F.N.A.T. (relatório da Comissão); Legislação sindical (Relatório da Comissão); Conferência Sindical Mundial de Solidariedade com o Povo Chileno; moções e resoluções; Conclusões.

Plenário da Intersindical (6C)

Capital 21-8-44

Realiza-se nos próximos dias 24 e 25 do corrente mais um plenário da Intersindical, cuja ordem de trabalhos, no primeiro dia, versará problemas de previdência, fundos e aplicação da oferta monetária da F.D.G.B., para além das informações. No dia seguinte, serão abordados os despedimentos e aumento de custo de vida, F.N.A.T., legislação sindical, Conferência Sindical Mundial de Solidariedade com o povo chileno, moções e resoluções.

O plenário terá lugar na sede daquele organismo.

21 ABO. 1974

UMA ACHEGA A CANAIS ROCHA E AOS SINDICATOS VERTICAIS

Na passada 4.ª-feira, dia 14, «República» referiu-se às recentes palavras de Canais Rocha sobre delegados sindicais e comissões de trabalhadores. Referiu até o caso da C. U. F. nos primeiros anos da década de 60.

O caso da C. T. M., iniciado em Março de 1974, isto é, 14 anos depois do caso C. U. F., constitui uma achega às palavras de Canais Rocha.

INOPERÂNCIA, ESBANJAMENTO DE RECURSOS E MAIS-VALIA CAPITALISTA

Primeiro, apareceu uma comissão que, durante longo tempo, pouco ou nada fez além de um caderno reivindicativo. Esse caderno, até hoje, mais tem aproveitado ao patrão do que aos trabalhadores.

Conforme a circular n.º 2 daquela extinta comissão chamada «Representativa» dos Trabalhadores da C. T. M., estes apenas tiveram três dias e meio para expor os pontos que deveriam ser tratados pela tal comissão e por ela levados a Plenário.

Entretanto, cada uma das muitas horas improdutivas dos 24 componentes daquela comissão, correspondia a 3 dias de trabalho de um operário. Por outro lado, cada dia que passava sem uma tabela salarial correcta para os 3300 trabalhadores da C. T. M., traduzia-se numa fabulosa mais-valia capitalista, da ordem de muitas centenas de

-gestão e saneamento) valeram mais um precioso atraso que só tem aproveitado ao patrão explorador, acabando-se por não obter co-gestão, felizmente, e por não se fazer o necessário saneamento, infelizmente. Entretanto, sempre que se aborda o saneamento, a divisão dos trabalhadores é um efeito automático. Duvidamos seriamente que todos os elementos da segunda e actual «Representativa» comissão saibam o que é sanear.

MANOBRA

Do lado do trabalho e a respeito do pessoal administrativo, pelo menos, há a voz dos delegados sindicais, sobre os quais, desde o princípio, tentaram lançar o ódio, e a voz da tal comissão. Está à vista a pseudo-argumentação patronal da existência desta dualidade divisionista.

CTM, CNN E SOPONATA

De momento, entre os três grandes armadores da Marinha Mercante, a C. T. M. parece ser o único onde ainda co-existem separadamente delegados sindicais e «comissionários». Será por acaso que o problema salarial está, de momento, resolvido nas outras duas empresas, ao passo que a C. T. M. apenas «deu um rebugado» a alguns trabalhadores administrativos e outro a alguns operários oficiais?

cida pelo Sindicato, no tocante ao sector administrativo. Felizmente o Sindicato estava atento e sabia que não poderia reconhecer uma comissão pseudo-representativa, «eleita» numa altura em que já haviam delegados sindicais eleitos depois do 25 de Abril.

Por outro lado, os componentes da chamada «Representativa» actual, nunca fizeram nenhuma reunião geral com os trabalhadores administrativos. Diga-se também que, entre três plenários dos trabalhadores deste sector da Empresa e um colóquio de crítica e esclarecimento, a «Representativa» não perdeu uma só oportunidade para vincar bem a sua posição refractária à causa sindical, não comparecendo uma só vez.

Perante este panorama, pergunta-se: o que virá a seguir? A resposta não tardará. Atenção aos factos!

JOAO ROCHA

O ESPANTALHO DA CO-GESTÃO E DO PSEUDO-SANEAMENTO

Estes dois espantalhos (co-

O QUE ESTARÁ POR VIR?

A comissão não é reconhe-

Independência d'Opuscula

Documentos do Movimento

Sindical Português

publicados no Peru

7

24.8.24

A Confederação Geral os Trabalhadores do Peru, organização sindical peruana, editou recentemente uma brochura dedicada a Portugal. Este documento, que foi distribuído por toda a imprensa daquele país, transcrevia documentos do movimento sindical português, unitário, democrático e independente, salientando o facto da Intersindical ser a única central sindical em Portugal.

A opinião pública peruana pode assim tomar contacto com a realidade sindical, política e económica de Portugal, através dos 4 primeiros documentos da Intersindical e da União dos Sindicatos do Sul.

24 AGO. 1974

Em Minde

Actividade sindical significa desemprego

Segundo nos informa a Intersindical Nacional, Deolinda Maria Rita Oliveira, eleita, depois do 25 de Abril para a comissão directiva provisória do Sindicato dos Operários Têxteis do Distrito de Santarém, foi despedida da fábrica Jobasil-João Batista Simões & Filho, em Minde.

Como sua mãe protestasse e exigisse explicações ao patrão, este despediu-a também. Recusando o despedimento, a operária continuou a trabalhar. En-

tão o patrão tirou-lhe o trabalho da frente, empurrou-a e agrediu-a, pelo que a trabalhadora teve de ir ao médico, o qual lhe passou um atestado comprovando a agressão de que foi vítima.

Manuel António João, delegado sindical na firma José da Costa Azevedo, foi despedido por explicar aos colegas que o facto de passarem a receber o salário mínimo não os obrigava a aumentar a produção. Isto porque o patrão pretende que a produção normal de dez mantas passe para doze.

Júlia da Conceição Mel, operária na firma Ernesto Pires, foi, ainda, despedida por ter ido assistir a uma reunião sindical.

6-c
23-8-74

NO MUNDO DO TRABALHO

PLENÁRIO DA INTERSINDICAL — Em comunicado distribuído à Imprensa, a Intersindical Nacional convoca para os dias 24 e 25, respectivamente às 14 e às 10 horas, na sede, o Plenário desta organização.

Da ordem de trabalhos

constam os seguintes pontos: dia 24 — Previdência, Fundos (Aplicação da oferta da FDGB), Informações; dia 25 — Despedimentos e aumento do custo de vida, Legislação Sindical, Conferência Sindical Mundial de Solidariedade com o Povo Chileno, Moções e Resoluções e Conclusões.

24 ABO. 1974

Actividade sindical significa desemprego?

Da Intersindical Nacional recebemos a seguinte informação:

«Deolinda Maria Rita Oliveira, eleita depois do 25 de Abril para a comissão directiva provisória do Sindicato dos Operários Têxteis do Distrito de Santarém, foi despedida da fábrica Jobasil — João Baptista Simões & Filho, em Minde. Como a mãe desta operária pro-

testasse e exigisse explicações ao patrão, este despediu-a também. Recusando o despedimento, a operária continuou a trabalhar. Então, o patrão tirou-lhe o trabalho da frente, empurrou-a e agrediu-a pelo que a trabalhadora teve de ir ao médico, o qual lhe passou um atestado comprovando a agressão de que foi vítima.

Manuel António João, delegado sindical na firma José da Costa Azevedo, foi despedido por explicar aos colegas que o facto de passarem a receber o salário mínimo não os obrigava a aumentar a produção. Isto porque o patrão pretende que a produção normal de 10 mantas passe para 12.

Júlia da Conceição Mel, operária na firma Ernesto Pires, foi despedida por ter ido assistir a uma reunião sindical.»

17 AGO. 1974

A INTERSINDICAL ALERTA OS TRABALHADORES CONTRA AS MANOBRAS DIVISIONISTAS DO CAPITAL

Em reunião da direcção da União dos Sindicatos da Indústria do Papel com o Secretariado da Intersindical Nacional, foram debatidos e analisados alguns problemas daquele sector industrial, dos

quais a Intersindica salienta:

«1 — Que vencidas todas as dificuldades levantadas até à celebração de um acordo entre as entidades patronais e os representantes dos trabalhadores, verifica-se que algu-

mas empresas não cumprem o estabelecido.

«2 — Que outras empresas não pagam o salário mínimo, aproveitando-se da pouca consciência de classe de alguns trabalhadores que em-

pregam, levando-os a assinar os recibos com aquela importância.

«3 — Alegam ainda, para cometer estas ilegalidades, dificuldades financeiras, desculpando-se com faltas de vendas, falta de crédito bancário e falta de matéria-prima.

«4 — Os trabalhadores do sector sentem-se consequentemente ludibriados e pouco dispostos a aceitarem tal situação por muito mais tempo, esperando que as negociações a iniciar em Outubro venham então trazer os benefícios a que têm direito.

«Perante esta situação, o Secretariado da Intersindical alerta uma vez mais os trabalhadores para as manobras da reacção e o grande capital que procuram dividi-los e confundir-los para continuarem a reinar.

«Há que estarmos atentos, combater firme e decididamente todas as manobras e opormo-nos terminantemente a que continuemos a pagar para um estado de coisas de que não fomos os culpados mas somos as vítimas.

«É tempo dos trabalhadores começarem a receber uma maior parcela da riqueza que produzem.

«O Secretariado da Intersindical chama também a atenção do Governo Provisório para a necessidade de legislar rapidamente de modo a garantir aos trabalhadores melhores condições de vida e de trabalho.»

20 AGO. 1974

L. MARQUES

FABRICANTES DE PAPEL NÃO CUMPREM ACORDOS DE TRABALHO

LISBOA, 19 — Muitas empresas da indústria de papel não cumprem os acordos de trabalho e não pagam o salário mínimo nacional — acusa a Intersindical, em comunicado publicado hoje na Imprensa vespertina de Lisboa.

Aquela organização, no comunicado, alerta os trabalhadores para aquela situação anómala e chama também a atenção do Governo Provisório, no sentido deste promulgar legislação que ofereça melhores condições de vida e de trabalho a todos os operários. — (ANI).

Plenário da Intersindical

Está marcada para os dias 24 e 25 do corrente, na Rua Victor Cordon, 1, 3.º, um plenário da Intersindical, com a seguinte ordem de trabalhos: dia 24 — 1. previdência; 2, fundos (aplicação da oferta monetária da F.D.G.B.); 3, informações.

Dia 25 — 4. despedimentos e aumento do custo de vida; 5, FNAT (Relatório da Comissão); 6. legislação sindical (relatório da comissão); 7, Conferência Sindical Mundial de Solidariedade com o povo chileno; 8. moções e resoluções e 9, conclusões.

CONFERÊNCIA DE IMPRENSA DA INTERSINDICAL

«Venham, venham (diziam os fascistas aos capitalistas estrangeiros), venham roubar, explorar, rapinar, tomar conta do resto. Isto é o paraíso para vós.»

A «ordem» fascista, a estabilidade do regime, a repressão terrorista ao movimento operário, a inexistência de

sindicatos livres, o domínio de toda a política nacional pelo capital financeiro eram apresentados aos imperialistas como as melhores garantias de chorudos lucros em Portugal.

Após o 25 de Abril e das medidas que foram tomadas pelo Governo Provisório, no-

meadamente o estabelecimento do salário mínimo nacional, as sociedades multinacionais que se tinham instalado no nosso país sentiram que tinham acabado os «bons tempos».

Uma onda de despedimentos colectivos, encerramento de fábricas e ameaças para redução para cerca de um terço do tempo de laboração normal, foram a resposta das multinacionais. No sector da electrónica, a situação é particularmente grave. Para denunciar as manobras e a sabotagem neste sector, a Intersindical realizou no passado dia 14 de Agosto uma conferência de imprensa. Foi revelada a situação em várias empresas no sector da electrónica e material eléctrico. Foram despedidos 116 trabalhadores na Applied; na consequência da acção desenvolvida, a direcção abandonou a fábrica deixando 600 trabalhadores desempregados. Na D. S. Electrónica, 19 operários foram despedidos, recusando-se a sair da fábrica, a direcção fechou a fábrica aumentando o número de desempregados para 45. Na Consilium, após a apresentação do caderno reivindicativo foram despedidos colectivamente 34 trabalhadores, tendo o patrão tentado recrutar por meio de anúncios novos trabalhadores. Na Creator, a fábrica foi fechada e 80 trabalhadores ficaram sem trabalho, foram feitas vagas promessas de trabalho para 23.

Noutra empresa, a Facel, onde trabalham cerca de 600 trabalhadores, foi apresentada uma proposta de alternativa à comissão de trabalhadores: o despedimento colectivo de 225 operários ou a redução do tempo de trabalho para um terço aproximadamente, tendo por consequência uma redução considerável no montante de salário. Na mesa estavam presentes vários trabalhadores em representação das diferentes empresas em conflito. O representante dos trabalhadores da fábrica Signetics de Setúbal chamou a atenção para o caso que se está a passar nessa empresa, considerado bastante grave. Numa petição enviada ao Ministério do Trabalho pela administração daquela empresa multinacional, alegando dificuldades de mercado e de competição, apresentou a seguinte alternativa: despedimento colectivo de 1000 trabalhadores (sobre um total de 1300) ou o despedimento colectivo de 800, conservando os restantes numa base de trabalho em que alternam uma semana sem trabalho e outra ao serviço.

As grandes companhias multinacionais não se conformam com a nova situação política. Manobram e tentam sabotar a economia nacional, lançando milhares de trabalhadores no desemprego. A Intersindical considera que é urgente que se desenvolva a campanha de solidariedade para com os trabalhadores em luta como meio de fazer fracassar estas manobras do imperialismo.

6C

SINDICATO LIVRE *sempre fixe* 24-8-24

VAI ANGARIAR SÓCIOS

A propósito de uma notícia publicada no nosso último número — sob o título «Sindicato Livre vai angariar sócios» — a Intersindical remeteu-nos o seguinte esclarecimento:

«A Intersindical Nacional é um Movimento Sindical Unitário Independente, composto presentemente por 200 sindicatos que englobam cerca de 1 500 000 trabalhadores sindicalizados.

«O carácter unitário da Intersindical tem por base a experiência adquirida pelos trabalhadores portugueses na sua longa luta contra o capitalismo e o fascismo, e assenta na convicção de que a unidade dos trabalhadores forja-se na luta contra a exploração de que todos são vítimas, independentemente das suas concepções políticas ou religiosas.

«A Intersindical é independente em relação aos partidos políticos e ao Governo, mas tal independência não significa de maneira alguma apoliticidade. É sobretudo e fundamental-

mente uma independência partidária que visa impedir que o Movimento Sindical Português seja atrelado a qualquer partido político.

«Além disso, esta independência manifesta-se igualmente em relação às Confederações Sindicais Mundiais: a «Confederação Mundial do Trabalho» (C. M. T., de tendência cristã), a «Confederação Internacional dos Sindicatos Livres» (C. I. S. L., de tendência social-democrata) e a «Federação Sindical Mundial» (F. S. M., de tendência comunista). A Intersindical mantém as melhores relações com todas estas confederações mundiais, mas entende que os sindicatos portugueses não se devem filiar em nenhuma delas pois que, tal filiação, traria inevitavelmente a política de qualquer dessas confederações para o seio do Movimento Sindical Português e seria um elemento de perturbação que conduziria à divisão do próprio Movimento.»

PLENÁRIO DA INTERSINDICAL

Vai realizar-se este fim-de-semana um Plenário da Intersindical, com a seguinte ordem de trabalhos:

Hoje: 1. Previdência; 2. Fundos (Aplicação da oferta monetária da F. D. G. B.); 3. Informações.

Amanhã: 4. Despedimentos e aumento do custo de vida; 5. FNAT (Relatório

da Comissão); 6. Legislação sindical (Relatório da Comissão); 7. Conferência sindical Mundial de Solidariedade com o Povo Chileno; 8. Moções e Resoluções; 9. Conclusões.

O Plenário terá lugar na sede da Intersindical, na Rua Victor Cordon, n.º 1-3.º andar, em Lisboa.

24 AGO. 1974

INTERESSES DOS TRABALHADORES

Segundo a Intersindical

Três mil trabalhadores despedidos no distrito de Évora

Num comunicado distribuído à Imprensa, a Intersindical Nacional, esclarece que, «na região de Évora se têm verificado despedimentos, sobretudo nos sectores da agricultura e construção civil, que já atingem mais de três mil trabalhadores».

Em face do ocorrido o secretariado da Comissão Pró-Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas convocou «um comício-manifestação de protesto contra o desemprego e a resistência do patronato em cumprir a convenção de trabalho acordada. Enquanto os agricultores lançam milhares de trabalhadores no desemprego, há toneladas e toneladas de cortiça por colher entre muitos outros trabalhos agrícolas que podem e devem ser executados nesta época do ano. Por outro lado, os trabalhadores exigem o saneamento do delegado do Instituto Nacional de Trabalho e Previdência do Distrito de Évora, cuja actuação lhes tem sido prejudicial. Em apoio desta luta, e a pedido da Comissão Pró-Sindicato, deslocou-se a Évora, Costa Pereira, delegado da Intersindical».

Relatório minucioso sobre desempregados

Entretanto, o secretariado da Comissão Pró-Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas do Distrito de Évora fez distribuir a seguinte informação:

«A actividade deste secretariado, nestas últimas semanas, tem sido fundamentalmente diligências junto do Instituto Nacional do Trabalho, das Forças Armadas, do Gremio da Lavoura, e no dia 9 do corrente enviamos um relatório ao ministro do Trabalho e ao secretário de Estado da Agricultura, onde relatávamos que:

No concelho de Viana do Alentejo, em Aguiar, estão desempregados 81 mulheres e 27 homens.

Na Quinta do Duque, da qual é proprietário Manuel Lagos e feitor um indivíduo chamado Silveira, foram despedidos 8 homens, um deles com dez anos de casa. Este proprietário despediu ainda 3 homens de Alcôvas.

Em Alqueva, concelho de Portel, estão desempregados 50 mulheres e 31 homens.

Na Herdade da Sobreira Gorda, da qual é proprietário Joaquim Dinis, andam 20 homens a tirar cortiça com 13 e 14 anos. O proprietário já ameaçou os trabalhadores que ia parar com a tiragem dessa cortiça.

Na Torre de Coelhoos, concelho de Évora, estão 62 mulheres desempregadas.

Em S. Pedro da Gafanhoeira, concelho de Arraiolos, estão desempregados 5 mulheres e 8 homens.

Em S. Gregório, do mesmo concelho, José Maria Alves & Irmão, despediu 30 mulheres.

Do Cabeção, concelho de Mora, foram despedidas 10 mulheres pelo encarregado José Joaquim Gato.

Em S. Marcos do Campo, concelho de Reguengos de Monsaraz, estão 25 homens desempregados.

Em Valverde, concelho de Évora, o sr. Tomás Figo despediu 10 mulheres e o engenheiro Jaime Figo, despediu 13.

Das Courelas da Toura, S. Miguel de Machede, foram despedidas 24 mulheres que trabalhavam por conta do dr. Armando Perdigão.

Na freguesia de Montoito, concelho de Redondo, estão desempregadas 113 mulheres e 11 homens.

De Guadalupe foram despedidos 35 homens que andavam a tirar cortiça na Herdade de Mogo, de que é proprietário Manuel Soares, Herdeiros e que segundo estimativas há cerca de 16 000 arrobas de cortiça com 10 anos e cerca de outras 16 000 com 9, por tirar.

Na Herdade de Vale de Marias Planganas, foram despedidos 14 homens e 4 mulheres.

Informamos ainda que:

A Herdade de Alminha, S. Tiago do Escoural, de que é proprietário João Falcão Vicente, há anos que não é semeada.

Na Herdade das Carvoeiras há trabalho mas despediram pessoal.

Na Herdade da Serrinha há alguns anos que tinha uma barragem alinhada mas nunca mais avançaram com a obra.

O dono da Herdade do Gradil do Casão, Luciano Lopes Rosa, não ceifou o trigo nem a aveia (90 e 4" sacos, respectivamente), dizendo que as searas eram dele e ou lhes puxava fogo ou lhes passava com um trator por cima.

O administrador da Herdade do Sobral, concelho de Montemor-o-Novo, José Vitorino Paixão, contratou um rancho de seis mulheres para todo o Verão e despediu-as depois de abrir a albufeira, apodrecendo 50 hectares de forragem torda.

O agricultor António José Mendes, do mesmo concelho, não ceifou as suas searas e despediu trabalhadores ao domingo, sem aviso prévio.

As Herdades da Ponte Boa, concelho de Évora, do dr. Cabral, estão completamente abandonadas e as silvas e o mato abafam as oliveiras. Acontece o mesmo com a Herdade dos Valentes, no concelho de Portel, dos Barreiras, e não foram feitos, este ano, os azeiros às oliveiras.

Na fábrica Martins & Rebelo, em Avis, o encarregado Figueiras deixou estragar grande quantidade de leite e queijo.

O encarregado da Federação Nacional dos Produtores de Trigo, Lopes, está a classificar os trigos dos engenheiros Murteira, e Grave com o específico n.º 73.

26 AGO. 1974

A GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA DAS INSTITUIÇÕES DE PREVIDÊNCIA CABE AOS TRABALHADORES SEGURADOS — reafirma o plenário da Intersindical

Realizou-se neste fim de semana o Plenário da Intersindical, no qual participaram várias dezenas de Sindicatos de todo o País, tendo sido tomadas importantes decisões.

Na primeira parte da sessão foram discutidos diversos pedidos de adesão e, entre os aprovados, salienta-se o Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém, primeira organização de trabalhadores agrícolas a aderir à Intersindical.

A questão da Previdência foi amplamente debatida, co-

meçando por ser ratificada a posição assumida no Plenário de 27 de Julho, sobre o problema da gestão administrativa e financeira, resumida na seguinte fórmula: «As comissões administrativas dos organismos de Previdência deverão ser constituídas exclusivamente por representantes dos beneficiários, mais um representante do Governo.»

Depois de diversos considerandos, nomeadamente acerca das contribuições para a Previdência e da utilização das suas receitas, foi deliberado:

1.º — Reafirmar que a gestão administrativa e financeira cabe aos trabalhadores segurados, competindo às organizações sindicais designar os seus representantes.

2.º — Aceitar que no momento actual o Governo esteja representado na gestão da Previdência.

3.º — Que o Secretariado da Intersindical fique responsável pela apresentação desta moção e seus considerandos ao ministro dos Assuntos Sociais.

Por outro lado, acerca da comissão coordenadora, que foi criada em fins de Maio e exerceu funções durante o primeiro Governo Provisório, o Plenário da Intersindical, embora considerando que ela não corresponde às legítimas

aspirações dos trabalhadores» e que «de refutar a forma de designação dos representantes sindicais que é feita pelo Ministério do Trabalho», deliberou: «Exigir do ministro dos Assuntos Sociais o imediato recomeço dos trabalhos da comissão coordenadora, criada pelo Decreto n.º 222/74 de 27 de Maio, e ainda a marcação de prazo para a ultimação dos trabalhos».

O ponto seguinte da ordem dos trabalhos foi preenchido com a apreciação de uma proposta de distribuição do auxílio económico recebido da República Democrática Alemã.

A representação da Intersindical na comissão nacional preparatoria do Ano In-

ternacional da Mulher; a questão da unidade no sindicalismo português; e a denúncia de manobras da reacção, que urge combater, foram outros assuntos discutidos, antes da abordagem de duas questões de particular importância: despedimentos (sobre o que foi proposta uma moção) e aumento do custo de vida. Sobre este assunto foram aprovadas e apresentadas, com carácter de exigência, medidas apropriadas, incluindo a legislação sobre o sistema tributário; cumprimento rigoroso do decreto-lei que estatuiu o salário mínimo; desmantelamento dos organismos corporativos; criação de mecanismos que melhorem os circuitos comerciais e de distribuição; proposta de nacionalização dos bancos emissores e das indústrias básicas, tudo isto no sentido de uma política económica que ponha os recursos nacionais ao serviço da colectividade».

Foram, ainda, discutidas diversas questões relativas à F. N. A. T., à legislação sindical e trabalhadores da Previdência.

26 AGO. 1974

O plenário da Intersindical tomou importantes decisões

Terminou ontem, em Lisboa, o Plenário da Intersindical, que se havia iniciado anteontem, com a comparência de várias dezenas de sindicatos de todo o País. No início dos trabalhos foi calorosamente saudado o representante do Sindicato dos Bancários do Porto — e ministro do Trabalho no primeiro Governo Provisório —, Avelino Gonçalves.

Foram, em seguida, discutidos vários pedidos de adesão à Intersindical, tendo nela ingressado o Sindicato dos Operários Agrícolas do Distrito de Santarém — primeira organização de trabalhadores agrícolas a aderir àquele organismo.

Gestão da Previdência

Dentro do primeiro ponto da ordem de trabalhos — «Previdência» — o plenário, após prolongada discussão, decidiu ratificar a posição já assumida em 20 de Julho e que consiste no seguinte:

«As comissões administrativas dos organismos de Previdência deverão ser constituídas exclusivamente por representantes dos beneficiários, mais um representante do Governo.»

Dentro deste ponto, foi ainda aprovada uma moção — a entregar ao Governo Provisório pela comissão da Intersindical para a Previdência — em que, depois de afirmar que, por um lado, «a totalidade dos fundos da Previdência resultam das contribuições dos trabalhadores» — dado que «o desconto da percentagem de 17 por cento sobre o valor dos salários dos traba-

lhadores, que falsamente se designa por contribuições patronais, nunca é retirado do lucro da entidade patronal, antes é acrescentado ao preço dos produtos, sendo os consumidores (que são na sua grande maioria os trabalhadores) quem suportam esse aumento» —, e que, por outro lado, «o Estado não tem subsidiado a Previdência, conforme acontece em muitos outros países», se delibera:

«1.º — Reafirmar que a gestão administrativa e financeira cabe aos trabalhadores segurados, competindo às organizações sindicais designar os seus representantes.

«2.º — Aceitar que no momento actual o Governo esteja representado na gestão da Previdência.

«3.º — Que o secretariado da Intersindical fique responsável pela apresentação desta moção e seus considerandos ao ministro dos Assuntos Sociais.»

No segundo ponto dos trabalhos — «Fundos» — foi aprovada uma proposta de distribuição de auxílio económico prestado pela F. D. G. B. da República Democrática Alemã à Intersindical, em que se propõe, nomeadamente, a criação de um fundo

para auxiliar «os trabalhadores não sindicalizados no seu esforço de organização sindical».

Já dentro do terceiro ponto — «Informações» — merece particular destaque a posição tomada pelo plenário contra qualquer tentativa de divisionismo sindical. Assim, a propósito da proclamação da Confederação dos Sindicatos Livres concluiu-se que «esta proclamação é mais um atentado contra a unidade de que tem dado mostras o sindicalismo português» e foram conferidos ao secretariado da Intersindical «plenos poderes para responder a provocações deste tipo».

Outro aspecto que mereceu a atenção de muitos sindicatos presentes foi a denúncia dos «esforços da reacção, que se vêm intensificando, dia a dia, numa escalada que urge combater energicamente». Foram ainda apontadas algumas formas de que se tem revestido essa escalada da reacção: «cartazes em que se tenta confundir Comunismo e Fascismo», «agressões policiais», «ameaças dos patrões e suas tentativas de destruição da unidade sindical», «despedimentos», etc.

Despedimentos e custo de vida

Dentro do quarto ponto — «Despedimentos e aumento do custo de vida» — foi proposta uma moção sobre despedimentos e outra sobre a carestia.

Na moção sobre o aumento do custo de vida, o plenário da Intersindical exige a adopção das seguintes medidas:

«A promulgação imediata de legislação sobre o sistema tributário determinando que pague mais quem mais tenha, e alivie as camadas trabalhadoras mais desfavorecidas dos pesados encargos suportados;

«O rigoroso cumprimento pelas entidades patronais quer do decreto-lei que estatuiu o salário mínimo quer das convenções colectivas negociadas;

«O desmantelamento imediato dos organismos corporativos na agricultura, comércio e indústria, os quais são um entrave ao desenvolvimento económico e um foco de reacção;

«A criação de mecanismos adequados, que melhorem os circuitos comerciais e de distribuição, tendo em vista eliminar drasticamente os aspectos parasitários que só servem para encarecer os produtos e fomentar a especulação dos preços;

«A definição de uma política económica que tenha em vista libertar a economia nacional da dependência em que se encontra em relação ao imperialismo, com o imediato aproveitamento de mercados até aqui vedados ao comércio nacional.»

Nessa moção afirma-se ainda que é necessário levar a cabo uma política económica que ponha os recursos nacionais ao serviço da colectividade — «única forma de esmagar a reacção, consolidar a Democracia e evitar a degradação do nível de vida dos trabalhadores».

Como complemento desta moção foi também aprovada uma proposta de nacionalização dos bancos emissores e das indústrias básicas.

Gestão da F. N. A. T.

No ponto relativo à F.N.A.T., o plenário acordou que os sindicatos deixassem de contribuir para a F.N.A.T. «enquanto a situação deste organismo não ficar definida». Em relação ao problema da constituição e composição da comissão directiva que presidirá à gestão da F.N.A.T., o plenário decidiu, a exemplo da Previdência, «que os trabalhadores da F.N.A.T. não se deverão fazer representar directamente naquela comissão, mas apenas através dos respectivos sindicatos».

Já no fim dos trabalhos foram aprovadas mais duas moções — uma de apoio aos trabalhadores das Caixas de Previdência e outra, mais extensa, sobre «a reacção e posições antidemocráticas que se têm verificado recentemente», a publicar em breve.

27 AGO. 1974 Porto

OS TRABALHADORES E OS SEUS PROBLEMAS

A NACIONALIZAÇÃO DOS BANCOS E INDÚSTRIAS BÁSICAS

Reuniu, conforme estava noticiado, o plenário da Intersindical, em que participaram dezenas de Sindicatos de todo o País.

Da ordem dos trabalhos constavam alguns pontos de fundamental importância, nomeadamente no sector da Previdência, em que foi aprovada uma moção a reafirmar que a gestão administrativa e financeira cabe aos trabalhadores segurados, competindo às organizações sindicais designar os seus representantes, e se aceita que no momento actual o Governo esteja representado na Previdência.

O tema dos despedimentos e do aumento do custo de vida mereceu o maior interesse. Uma moção exige a promulgação imediata da legislação do sistema tributário que dê cumprimento ao princípio de que deve pagar mais quem mais tem, defende ainda o rigoroso cumprimento pelas entidades patronais, quer do decreto-lei que estatuiu o salário mínimo quer das convenções colectivas negociadas: o desmantelamento imediato dos organismos corporativos na agricultura, comércio e indústria, os quais são um entrave ao desenvolvimento económico e um foco de reacção; a criação de mecanismos adequados que melhorem os circuitos comerciais e de distribuição, tendo em vista eliminar drasticamente os aspectos parasitários que só servem para encarecer os produtos e fomentar a especulação dos preços; e a definição de uma política económica que tenha em vista libertar a economia nacional da dependência em que se encontra em relação ao imperialismo, com o imediato aproveitamento de mercados até aqui vedados ao comércio nacional.

O saneamento dos delegados do I.N.T.P. seria de boa política"

—afirmou-se na Intersindical ao dr. Carlos Carvalhas

O saneamento dos delegados distritais do INTP, a legislação sindical e o problema de milhares de trabalhadores rurais que se encontram no desemprego, foram questões abordadas entre o secretário de Estado do Trabalho, Carlos Carvalhas e alguns elementos do secretariado da Intersindical, durante a visita que o primeiro ontem fez às instalações daquela entidade coordenadora.

A visita, «breve e informal», como acentuou o dr. Carlos Carvalhas, fez-se na sequência dum convite da Intersindical àquele membro do Governo Provisório. O secretário do Trabalho, que se fazia acompanhar do secretário do ministro, Da-

niel Cabrita, e do chefe do gabinete do ministro, dr. João Amaral, declarou à sua chegada que com muito gosto fazia mais esta visita à Intersindical, «entidade com prestígio conquistado mesmo antes do 25 de Abril, pela união que promoveu entre os sindicatos», e que tem dado «provas de apoio firme aos trabalhadores, ao Governo Provisório e ao Movimento das Forças Armadas».

Depois da visita às instalações, aqueles membros do Ministério do Trabalho reuniram com os elementos do secretariado da Intersindical, para uma breve troca de impressões, após o que o secretário prestou declarações aos representantes dos

órgãos da Informação que se encontravam presentes. Antero Martins e Costa Pereira indicaram os problemas concretos debatidos no encontro. Entre eles avulta a imediata suspensão dos delegados distritais do Instituto Nacional do Trabalho, que tendo sido nomeados pelo Governo de Caetano, têm revelado — pelo menos alguns deles — desinteresse e até desprezo pelos trabalhadores e as suas causas. «Pensamos que o saneamento dos delegados do INTP seria de boa política e iria melhorar muito as relações entre os trabalhadores e os representantes do Governo nos distritos» — declarou Costa Pereira, elemento da Intersindical. O comportamento dos delegados distritais do INTP agrava problemas muito urgentes, como é o dos três mil trabalhadores rurais do distrito de Évora que se encontram desempregados, prevendo-se que neste fim-de-semana a cifra aumente para 5 mil, visto que hoje terminam as convenções colectivas de trabalho.

Os respectivos sindicatos têm apelado para a Intersindical no sentido de esta intervir, mas exactamente o delegado distrital responsável revela uma flagrante apatia junto dos grandes latifundiários alentejanos. Os ele-

mentos da Intersindical chamaram a atenção do secretário do Trabalho para as medidas que terão de ser tomadas não só no sentido de encontrar trabalho para os desempregados como ainda forçar os proprietários a promoverem determinadas tarefas que em outros anos estariam já a executar, como sejam, a apanha da cortiça, amanho de terras, limpeza de valas, rios, entre outras tarefas. Outras das razões que torna imperiosa a colocação nas zonas rurais de representantes do Governo verdadeiramente interessados em resolver os problemas dos trabalhadores, é o facto de muitos empresários, mentalizados ainda pelo velho regime, estarem a tentar fugir ao cumprimento dos contratos colectivos de trabalho.

No encontro com o dr. Carlos Carvalhas, os membros da Intersindical expuseram ainda a necessidade de se promulgar urgentemente legislação sindical, visto terem já sido despedidos de várias empresas delegados e dirigentes sindicais.

A sua saída, o dr. Carlos Carvalhas declarou que levaria os problemas que lhe tinham sido expostos ao conhecimento dos departamentos responsáveis para se tentar solucioná-los.

SECRETÁRIO DE ESTADO DO TRABALHO

"As greves têm diminuído assim como os conflitos de trabalho"

As greves têm diminuído assim como os conflitos de trabalho; os números de que dispomos mostram uma redução no desemprego e uma maior oferta de postos de trabalho» — foram algumas das declarações que o secretário de Estado do Trabalho fez no decorrer de uma entrevista que concedeu ao «Diário de Lisboa». A Imprensa, a Rádio e a Televisão relatam todos os dias conflitos de trabalho. Na opinião do dr. Carlos Carvalhas, «os órgãos de Informação têm ampliado certos acontecimentos, sem importância, a não ser o seu efeito político negativo».

As greves têm aumentado? — As greves têm diminuído assim como os conflitos de trabalho.

O que tem acontecido, por vezes, é que se dá uma grande dimensão a acontecimentos que na realidade não o têm. Não nos podemos esquecer que há quem esteja interessado em travar o processo de democratização e descolonização. Esses fazem o possível por fazer crer que existe anarquia e falta de autoridade por isso traçam um quadro do país de desordem, o que não tem qualquer aderência à realidade! O objectivo é simples e linear: chamar pela ordem reacção e pela força bruta e despótica dos «bons tempos». Trata-se de um expediente, mas que ainda surte efeito nas pessoas menos informadas.

Para isso também tem contribuído, consciente ou inconscientemente a acção de alguns

órgãos de Informação que têm por vezes, projectado e ampliado certos acontecimentos sem qualquer importância, a não ser o seu efeito político negativo.

Qual é o seu comentário ao «caso» TAP e Sogantal? — Como sabe na TAP, um grupo minoritário, em relação à totalidade dos trabalhadores resolveu apresentar um novo caderno reivindicativo apesar de estarem representados nas negociações que estavam a decorrer no Ministério do Trabalho.

A greve deste grupo, surte efeito, pela sua posição na empresa, pois sem a manutenção não há segurança de voo, o que arrasta a paralisação sucessiva, mesmo contra a vontade, dos restantes sectores de actividade.

E aquilo que tecnicamente se denomina por «greve trombose» ou seja a paralisação de certos sectores chave levam à paralisação da empresa. Conhecendo este facto a direcção da manutenção separou-se tendo-se furtado à discussão com os restantes trabalhadores da empresa, no momento em que decidiu ir para a greve.

Julgo que esta greve tal como foi desencadeada dividiu os trabalhadores da TAP, e não serviu os trabalhadores portugueses nem o processo de democratização em curso! E uma lição a colher.

Quanto à Sogantal trata-se de um facto lamentável. E um acontecimento isolado, mas significativo pelo efeito publicitário que dele se procurou tirar!

Foi sugerido à administração da empresa quer pelo seu advogado, quer pelos Ministérios do Trabalho e Administração Interna que o inventário só se efectuasse dois dias depois no sentido de se falar com os trabalhadores sobre a sua situação. Tal sugestão não foi acolhida tendo-se seguido um processo violento de intervenção. Esperemos que situações destas não venham a repetir-se.

Como tem evoluído o desemprego?

Os números de que dispomos mostram uma redução no desemprego e uma maior oferta de postos de trabalho.

Não sabemos se estamos perante uma tendência segura de recuperação; no entanto, o aumento de poder de compra da população activa portuguesa deve ter começado a produzir o seu efeito «multiplicador» e de «arrastamento» em muitos sectores de actividade que se vão dinamizando.

Por outro lado as medidas tomadas para os sectores em estagnação não deixarão também de produzir os seus efeitos.

O desemprego verificou-se sobretudo em certos sectores de trabalho intensivo em que os salários eram inferiores.

Neste momento preocupamo-nos o desemprego sazonal no Alentejo.

Mas há também desemprego por reacção, por sabotagem económica?

Os empresários que o fizeram, quer para fazer pressão so-

bre o Governo, para lhe deixarem aumentar os preços, quer por reacção, verificaram que tais atitudes não os favoreceram, que são contrárias ao povo português, e que têm deste uma posição firme. São a meu ver atitudes suicidas.

Como situa no plano económico a herança do fascismo?

A situação económica herdada é desastrosa. Quase meio século de fascismo e doze anos de guerra deixaram o País num caos.

A propaganda do equilíbrio orçamental, das finanças são, do escudo forte, que nada têm a ver com o desenvolvimento económico e com o bem-estar do povo, não passavam de mitos que a dura realidade veio demonstrar!

Um orçamento desequilibrado, uma balança comercial deficitária, um aparelho produtivo distorcido e incapaz, salários de miséria, infra-estruturas inexistentes e um ponto de rotura, uma estrutura agrária feudal e anti-social, especulação e parasitismo, em vários campos um aparelho de Estado burocratizado e corrompido, carências graves nos transportes, habitação, saúde e previdência, etc. constituem uma pesada herança. Necessitamos de tempo e muito esforço para se avançar.

Quais são as tarefas prioritárias dessa Secretaria?

No imediato reorganizar e racionalizar os serviços, preparar legislação e dar resposta prática aos múltiplos problemas do dia-a-dia.

31 AGO. 1974



Foto Octavio Paiva

Carlos Carvalho, à direita, acompanhado de um dirigente da Intersindical, durante a visita que ontem efectuou à sede daquele organismo

O dr. Carlos Carvalho visitou a Intersindical

O secretário de Estado do Trabalho, dr. Carlos Carvalho, visitou, ontem, à tarde, a sede da Intersindical na Rua Vitor Cordeiro, em Lisboa.

Tratou-se, segundo afirmou o dr. Carlos Carvalho, de uma visita sem importância de maior, não obstante estar prevista, como de facto viria a acontecer, uma troca de impressões com dirigentes da Intersindical.

Interrogado acerca do actual surto de greves, o secretário de Estado do Trabalho afirmou não lhe parecer que se tenha processado um recrudescimento dos conflitos de trabalho. E se pode parecer o contrário — afirmou —, isso deve-se a uma publicidade por parte das forças da reacção interessadas em dar uma imagem do problema que não corresponde à realidade. Sobre a situação dos trabalhadores rurais, cujas convenções colectivas de trabalho terminam hoje em al-

guns distritos, prevendo-se que muitos deles possam ser colocados no desemprego, o dr. Carlos Carvalho afirmou:

«O problema do desemprego é crónico no Alentejo. Contudo, neste caso concreto, o Governo pensa tomar algumas medidas de dinamização económica com vista a criar novos postos de trabalho que possam evitar o desemprego. De qualquer modo, não me parece que o problema venha a assumir proporções muito graves.»

Já depois de efectuada a visita, a que se seguiu a troca de impressões com os dirigentes da Intersindical, o secretário de Estado do Trabalho afirmaria:

«Foi uma conversa informal em que se focaram problemas de desemprego e organização sindical. Alguns já eram do conhecimento do Governo, outros não. De qualquer forma, penso que trocas de impressões como estas podem melhorar, na prática, a nossa actuação.»